

# Luiz Pereira e sua circunstância

Entrevista com José de Souza Martins\*

Por Conrado Pires de Castro

Nota introdutória do entrevistador

Existe uma espécie de eclipse geracional que torna tanto quanto nebuloso um importante período de franca institucionalização da vida acadêmica da sociologia uspiana. Entre 1969 e 1979, figuras como Luiz Pereira e Maria-lice M. Foracchi – além de outros jovens professores, ainda hoje na ativa, razão pela qual, talvez, menos vitimados pelos lapsos da memória universitária – arcaram com o ônus da aglutinação e da redefinição da unidade do pequeno grupo de professores da antiga cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

O roteiro abaixo foi elaborado durante a fase preliminar de uma pesquisa que teve como objeto a trajetória intelectual e a obra de Luiz Pereira (1933-1985). Nos exíguos depoimentos publicados sobre a figura de Luiz Pereira, o que mais sobressai é a imagem do professor zeloso de seu ofício, antes de qualquer outra qualificação. Isso quase que impôs, na construção deste roteiro, três ordens de clivagens para a condução das entrevistas: a) uma primeira parte contemplando informações gerais sobre o homem e seu ofício; b) outra sobre seu papel dentro da instituição universitária após a aposentadoria compulsória de seus pares pelo regime militar; e, por fim c) sobre o pesquisador, o lugar e a relevância de suas contribuições às ciências sociais.

\* Entrevista realizada em 23 de janeiro de 2008, pela internet, por Conrado Pires de Castro, em pesquisa sobre a biografia e a obra de Luiz Pereira, professor de Sociologia na Faculdade de Filosofia de Araraquara e, a partir de 1963, até pouco antes de sua morte, em 1985, inicialmente na cadeira de Sociologia I, como assistente do professor Florestan Fernandes, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e depois no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

nas da Universidade de São Paulo. Os resultados da pesquisa foram apresentados e analisados em sua tese de doutorado, *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras: ensaio sobre a trajetória intelectual de Luiz Pereira* (cf. Castro, 2009).

Não obstante, as questões formuladas contemplam pouco espaço para uma leitura imanente das obras de Luiz Pereira, preocupando-se com maior frequência com aspectos biográficos do que com aspectos propriamente teóricos ou metodológicos de sua produção. Não há dúvida de que, falando de um ponto de vista estritamente sociológico, a mera curiosidade biográfica tem pouco ou nulo alcance teórico. Ela só encontra significação e relevância naquilo que permita captar formas típicas de sensibilidade às solicitações do meio social em determinadas configurações histórico-sociais concretas (cf. Fernandes, 1960a, pp. 360-381).

Nesse sentido, as entrevistas realizadas deviam servir como instrumento de coleta de elementos que permitissem selecionar instâncias empíricas relevantes para compreender as origens e o desenvolvimento da crise de reprodução de certo “padrão de trabalho científico” patrocinado pela antiga cadeira de Sociologia I, e, assim, “assegurar [...] o acesso às dimensões mais ocultas ou de difícil acesso nas relações sociais” (Martins, 1998, p. 91), que possibilitassem situar Luiz Pereira num dentre outros casos típicos representativos de ajuste dinâmico à situação crítica enfrentada pelas ciências sociais uspianas após o golpe de 1964, de modo que a trajetória deste sociólogo remanescente do grupo de Florestan Fernandes pudesse ilustrar, pelas contradições a ela inerentes, os dilemas e as transformações sociais que alcançaram o destino da história da sociologia paulista em seguida às cassações que atingiram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1969.

#### Nota introdutória do entrevistado

Os comentários entre colchetes em cada resposta são de minha autoria e têm por objetivo contextualizar as respostas que dei ao entrevistador, de modo a manter a íntegra de perguntas e respostas originais e, ao mesmo tempo, acrescentar informações e interpretações não solicitadas para situar o leitor no âmbito mais amplo do desenrolar do que, no meu modo de ver, foi a história uspiana de Luiz Pereira. De diferentes modos, é esta uma contribuição à história do cotidiano da Faculdade de Filosofia na transição difícil que nos foi imposta nas rupturas promovidas pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964. As perguntas, apropriadas ao cenário, indicam o quanto a biografia de um intelectual do porte de Luiz Pereira pode ser subsumida nas entrelinhas de um cotidiano adverso que ocultou, em vários níveis, a obra científica dele e de vários outros pesquisadores da época e da instituição. O caminho proposto, nesta entrevista, por Conrado Pires de

Castro, é sociologicamente interessante e diferente da concepção usual de biografia intelectual, pois trata de situar o biografado e sua obra em termos de um perfil vivencial, como sujeito de contradições cotidianas na relação com a universidade.

Justamente por aí, não tenho como deixar de apontar minha visão das discontinuidades e das mudanças biográficas das várias personagens direta ou indiretamente envolvidas na trama de relações da pequena sociedade acadêmica que acabou expulsa, a ferro e fogo, do paraíso da rua Maria Antônia para os confins do mundo, na Cidade Universitária. Depois do incêndio da escola, atacada por grupos estudantis de extrema direita, orientados por militares, quando os professores e alunos da Faculdade de Filosofia tiveram que deixar a rua Maria Antônia, em 1968, transferidos para instalações emprestadas e provisórias no novo *campus*, a professora Maria Isaura Pereira de Queiroz, em sábia manifestação de ironia e crítica política, comentou que ia ter dificuldade para se adaptar ao novo habitat, pois “minha família é tão urbana!”. Essa é uma boa indicação do que a mudança representou para muitos de nós, professores e alunos. Pouco se discutiram os desígnios políticos da transferência, mas é mais do que evidente que o grande objetivo não foi o de acomodar a Faculdade de Filosofia em melhores instalações e sim remover de uma área central e politicamente sensível da cidade o que era um núcleo efervescente de ideias políticas e de crítica social. O desenho da Cidade Universitária completou a obra: não há nela um ponto de convergência que a torne um lugar de encontro da inteligência e de educativa convivência informal de professores e alunos. Uma dispersão proposital que confinava setorialmente a vitalidade acadêmica e inviabilizava o que era a grande característica da rua Maria Antônia, a interdisciplinaridade, ainda que vários de seus departamentos estivessem distribuídos por diferentes pontos da cidade.

A velha Faculdade de Filosofia cumpria eficazmente o seu propósito de aglutinar ideias e pessoas, no pluralismo da diferença; a nova Faculdade de Filosofia cumpriria eficazmente seu propósito de dispersar ideias e pessoas sob as ilusões corporativas e opressivas de unidades e unanimidades forjadas em mal disfarçados constrangimentos e silêncios. O que se completou com o surgimento de culturas departamentais centradas no poder pessoal de poucos professores e na ideologia de província de muitos alunos. Muitos deles, até hoje, mal enxergam além da aglutinação curricular do diploma que esperam obter: frequentemente dizem que são alunos da Faculdade de Ciências Sociais, da Faculdade de História, da Faculdade de Geografia ou

da Faculdade de Letras, que não existem, e nunca que são alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Enquanto na Maria Antônia nos referíamos à Faculdade de Filosofia, os mais “informados” de hoje dizem que são alunos da Fefeleche, que se tornou o nome de fantasia e de botequim de uma escola que fez e faz história nas ideias e na política. Nessa memória secundária das condições adversas que cercaram a biografia de Luiz Pereira na USP, como professor, creio que se tem evidências dos efeitos desagregadores da intervenção do regime militar na universidade, que transformou em crise letal as mudanças desencadeadas quase ao mesmo tempo pelo movimento estudantil de 1968.



Fausto Castilho, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Luiz Pereira.

### Informações gerais

*Em que circunstâncias você conheceu Luiz Pereira? Qual o tipo de convivência que teve com ele? Que traços você ressaltaria para compor um perfil pessoal de Luiz Pereira? Qual a importância de Luiz na formação dos sociólogos de sua geração, em geral, e na sua em particular?*

O Cesit – Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, anexo à cadeira de Sociologia I, do professor Florestan Fernandes (1920-1995), dirigido pelo professor Fernando Henrique Cardoso, estava em fase de ampliação do número de projetos de pesquisa. Isso foi aí pelos fins de 1962, início de 1963. Na ampliação, um dos objetivos era incorporar a educação como tema

de pesquisa associado aos projetos já em andamento, sobre o empresariado, o operariado e o Estado, relativos ao desenvolvimento econômico e social. Para ampliar o número de pesquisadores, foi convidado o professor Luiz Pereira, formado em Pedagogia, e não em Ciências Sociais, que havia sido aluno de Sociologia do professor Florestan e com ele fizera mestrado em Sociologia e, depois, o doutorado, na mesma semana em que Fernando Henrique e Octavio Ianni (1926-2004) fizeram os seus doutorados. Por indicação de Florestan, Luiz Pereira era professor de sociologia na Faculdade de Filosofia de Araraquara, então um instituto isolado da Secretaria da Educação do Estado, que viria a se integrar, posteriormente, à Unesp, quando de sua criação.

Luiz preparou um projeto de pesquisa sobre “A qualificação da mão de obra na empresa industrial” (cf. Pereira, 1963, pp. 119-124; 1971, pp. 135-158), para conhecer e estudar o modo como a indústria preparava sua própria mão de obra, de certa forma o quanto a fábrica era também uma escola profissional. Eles precisavam de um auxiliar de pesquisa que fizesse o trabalho de campo: que fosse às nove indústrias de uma amostra probabilística, sorteadas numa lista das indústrias da cidade de São Paulo; que fizesse os contatos, obtivesse listas de operários, reconstituísse o processo de trabalho da empresa e fizesse as entrevistas em residências espalhadas por toda a cidade, especialmente nos bairros operários, o que se daria à noite e nos fins de semana. Eu estava no final do segundo ano do curso de Ciências Sociais noturno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e era aluno de Fernando Henrique e de Octavio Ianni. Fernando Henrique convidou-me, então, a trabalhar nessa pesquisa, com uma bolsa, creio que do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, obtida por meio do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, que funcionava na USP. Eu trabalharia junto com outros dois estudantes mais experimentados. Na verdade, eles acabaram recebendo a bolsa, mas não se envolveram na pesquisa.

A experiência foi para mim interessante, apesar de ter deixado o emprego em que ganhava bem e que me mantinha. Luiz estava chegando do interior, contratado pela cadeira do professor Florestan, como docente, e ainda não tivera nenhum contato com os alunos da FFCL. Foi morar num apartamento da rua Caio Prado, perto da Maison Suisse, onde de vez em quando jantava e onde tivemos uma de nossas primeiras conversas. Era um leitor disciplinado, mas pouco motivado para o trabalho de campo, que ficou inteiramente a meu cargo. Além disso, era notívago, passava a noite lendo, dormia tarde e só acordava depois das onze horas da manhã. Passei a encontrar-me com ele todos os dias nesse horário para relatar o trabalho

feito no dia anterior, ver suas reações, responder suas perguntas e anotar recomendações para o prosseguimento da pesquisa. Fizemos isso durante dois anos, pelo menos. Almoçávamos juntos todos os dias, “rachando” o preço do prato único dividido pelos dois.

[Por essa época, o grupo de participação e de sociabilidade de Luiz Pereira, o seu grupo de referência, como poderia definir Robert Merton, não era o da Faculdade de Filosofia; era o de seus antigos colegas e amigos de um setor da faculdade, o do curso de Pedagogia, e da área de educação, com os quais se encontrava para conversar, ir ao teatro ou ao cinema. Fui por ele convidado para um desses encontros, quando o grupo foi ao Teatro Municipal ver o Balé da União Soviética. Os interesses desse grupo não eram muito diferentes dos interesses culturais de quem circulava pelo saguão da Faculdade de Filosofia, na rua Maria Antônia, 294, do qual se distanciava apenas pela idade, alunos que haviam sido da mesma escola. Era constituído de pessoas mais maduras, maturidade acentuada pelo comum cometimento profissional à educação. Aquele era o lugar de uma rica troca de ideias e de informações sobre literatura, música, teatro e cinema, além de política, tanto entre alunos como entre alunos e professores. Conversas que eram esticadas até o restaurante de seu Osvaldo e dona Luci, no grêmio da faculdade, até o cafezinho no bar do seu Antônio, na esquina da rua Dr. Vila Nova, ou ainda o restaurante do seu Archimede e da esposa, italianos, no porão de uma das velhas casas, no mesmo lado da faculdade, entre a Dr. Vila Nova e a rua da Consolação. Até pouco tempo antes, o movimento se encerrava quando passava o último bonde no rumo da cidade, o número 14, “Vila Buarque”, cerca de 10h20 da noite, coincidindo com o final da última aula. Não raro, o motorneiro parava o bonde na porta da faculdade para esperar a saída de todos os alunos. Às vezes, ia tomar um café no bar da esquina, enquanto isso.

No saguão, os perfis dos alunos se definiam entre os que se julgavam de esquerda, ainda assim divididos entre militantes ou simpatizantes do Partidão, da Polop – Política Operária (que Octavio Ianni chegou a caracterizar como superego do PCB), os independentes e os que preferiam ser de coisa alguma. Mas a marca das classes sociais de origem estava em todos eles: os generosos e os egoístas; os que compartilhavam o que sabiam e os que escondiam o próprio saber, olhando com desprezo e em silêncio os circunstantes, principalmente os que, na relativa pobreza de seus argumentos, mostravam que vinham dos cantos escuros e desvalidos da sociedade. Havia uns poucos que economizavam exhibições de conhecimento por menosprezo aos demais, eram os dotados de “ego inflado”, designação que Luiz Pereira usava com frequência para se referir a eles. Do mesmo modo que se referia aos de língua solta e sem cuidado com a própria imagem como “boquirrotos”. É verdade que havia os que não abriam a boca, menos

para não exporem o que supostamente sabiam do que para não se exporem. Outros não abriam a boca para não distribuírem as migalhas preciosas de seu capital cultural, preservando-se para os embates mais decisivos da competição que atravessava a vida acadêmica. Ou, então, circunscrevendo a exibição de seu saber aos professores, não raro com a compreensível intenção de acumular prestígio nos ouvidos certos e, quem sabe, no fim do curso, ser convidados por um dos catedráticos para assistentes. Não obstante, no saguão organizavam-se, também, pequenos grupos de amigos para ir ao Teatro de Arena, no sábado ou no domingo, ver peças de Augusto Boal, Brecht, Molière ou Gianfrancesco Guarnieri. Ou para ir ao pequeno e acolhedor Cine Bijou, na praça Roosevelt, ver sobretudo filmes franceses e italianos, ou ao Cine Joia, na Liberdade, ver filmes de Akira Kurosawa. Quem tinha dinheiro comprava os *Cahiers du Cinéma*, na Livraria Francesa, na rua Barão de Itapetininga, e eventualmente os comentava no saguão. Quem não tinha dinheiro, os lia do mesmo modo num confortável espaço de leitura que Paul Monteil mantinha num canto de sua livraria para os duros, como eu, que ali podiam ler livros e revistas, mesmo não tendo dinheiro, eventualmente comprando um livrinho da coleção “Que sais-je?”. Minha primeira compra ali foi a de *De la division du travail social*, de Émile Durkheim. Luiz Pereira era um frequentador da livraria, de onde raramente saía sem um novo livro ou vários. Era tímido e se precavia contra demonstrações de sabedoria fora do lugar, que tinha o seu templo no saguão. Mas surpreendeu a todos um dia, no meio da arguição de uma tese de doutorado, com um comentário interpretativo competente e denso sobre *La chinoise*, de Godard, filme de 1967, então muito debatido. Ali no saguão tramavam-se também aventuras, como foi a de ir em grupo ao Rio de Janeiro, de que participei, em 1962, para visitar a Exposição Soviética, um grande painel sobre o desenvolvimento científico e tecnológico daquele país, especialmente sobre o avanço de seu programa aeroespacial, sobre o qual se sabia pouco.

As alegrias dessa cultura acessória dos cursos da Faculdade de Filosofia terminaram quando do movimento estudantil de 1968, que a pôs entre parênteses. A partir de então, excetuados os poucos que se engajaram sacrificialmente nas diferentes lutas armadas dos vários e minúsculos grupos ideológicos, a humanidade do saguão refugiou-se no privado e na cultura das conversações conspiratórias. Mesmo quem não estava envolvido em coisa alguma passou a se comportar como dono de algum suposto segredo da luta contra a ditadura, eventualmente sussurrando aqui e ali insinuações de bem informado, de estar “por dentro”, para se fazer de importante, pretensos segredos confidencialíssimos quanto a um iminente acontecimento. Só muito depois do fim da ditadura, sobretudo com a publicação das listas de mortos e desaparecidos, é que se ficou sabendo quais eram, realmente, os relativamente poucos antigos alunos que se envolveram com diferentes grupos ideológicos na ação direta contra a ditadura, não

raro luta armada (cf. AA.VV., 2009). É quase sempre uma surpresa constatar que determinado morto ou desaparecido era aluno da escola, sem nenhuma visibilidade na “sociedade do saguão”, o que é muito significativo. Dessas listas não constam os que se envolveram, mas escaparam. Na verdade, a resistência majoritária contra o regime militar, na Faculdade de Filosofia, seguiu outros caminhos, nos programas de ensino e nas linhas de pesquisa. Ressalvadas essas exceções, as conversas cotidianas, nos recintos de circulação da faculdade, tornaram-se aborrecidamente sem graça, circunscritas às incertezas do político e às imprecisões, sem imaginação, do ideológico. Uma frase rabiscada, nos primeiros dias que se seguiram ao golpe de 1964, numa das portas internas do banheiro que ficava no topo do primeiro lanço da escada que saía do saguão, já indicava uma predisposição cultural e política na nova circunstância da ditadura: “Em terra de cego, quem tem um olho emigra”.

A ruptura se confirmaria na Cidade Universitária, no nascimento de uma enjoeativa cultura do exílio, marcada por ambições e ressentimentos, completamente oposta à animada cultura do saguão da rua Maria Antônia. As novas gerações de estudantes, e mesmo as de professores, nunca mais recuperaram o modo de vida da faculdade, anterior à nossa deportação para o *campus* do Butantã, reduzindo seus temas de convivência e conversação às miudezas insípidas próprias das incertezas criadas pela ditadura e das extensas fragmentações da comunidade acadêmica, marcadas pela desconfiança e pelo fuxico. Quando nos mudamos dos barracões, que seriam substituídos depois de nossa mudança pelos edifícios do Instituto de Psicologia, para o prédio de Filosofia e Ciências Sociais, com sua arquitetura pré-fabricada, medonha e burra, de colunas cinzentas no meio dos corredores e mesmo no meio de uma das salas de aula, de paredes brancas, alguém pichou, em vermelho, num dos corredores, esta proclamação significativa e libertadora: “Parede, eu te livro dessa brancura!”. Era uma proclamação da cultura do subterrâneo, de que fala Henri Lefebvre, contra a superfície tomada pelos poderes, especialmente o da falta de imaginação do corporativismo, o da dominação burocrática e o do niilismo da falta de projeto institucional para compreensão da circunstância kafkiana que solapara o cotidiano da criação e difusão de conhecimento.

A partir de nossa mudança da rua Maria Antônia, Luiz Pereira, que morava perto da faculdade, exacerbou o seu autoconfinamento, quebrado quase que apenas pelas saídas para as aulas na distante Cidade Universitária. Seus escritos refluíram para um formalismo seco, perdendo certo encanto poético que tiveram, como em seu artigo sobre “Mulher e trabalho” e em seu projeto sobre “A qualificação da mão de obra na empresa industrial”, e que só excepcionalmente retornaria, como em seu ensaio sobre a urbanização “sociopática”. Mesmo suas aulas perderam o lirismo que eventualmente tinham, como quando, para dar uma aula sobre socialização, usou a Autobiografia



precoce, de Evtuchenko, jovem poeta russo dissidente (cf. Evtuchenko, 1966). Ele mergulhou numa sociabilidade reductiva e impaciente, expondo-se progressivamente a demandas alheias, imaturas e até oportunistas. O silêncio que cobriu sua obra após sua morte é a significativa indicação de quanto fora ele vitimado por esse recuo e pelo cerco que dele resultou. Não lhe sobrou um único discípulo, alguém que levasse adiante aspectos importantes de sua obra tanto na questão do desenvolvimento econômico como na questão de seus desdobramentos patológicos e anômicos, campo em que, de certo modo, foi pioneiro e criativo.

O silêncio, aliás, cobre também a obra fundamental de Florestan Fernandes, de Fernando Henrique Cardoso, de Octavio Ianni, de Marialice Mencarini Foracchi, de Maria Sylvia de Carvalho Franco, o núcleo mais denso de docentes e autores da antiga cadeira de Sociologia I, e também a obra dos docentes da antiga cadeira de Sociologia II – Fernando de Azevedo, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Ruy Coelho, Azis Simão –, sem contar Gioconda Mussolini, da cadeira de Antropologia, e Lourival Gomes Machado, Paula Beiguelman e Oliveiros da Silva Ferreira, da cadeira de Ciência Política. Uma espécie de revogação geral do pensamento de cientistas sociais originais e criativos, que nunca foram superados, decretada pela ideologização dos temas e das interpretações em nome de uma esquerda difusa e inconsistente, em nome da ignorância, do tipo “não li e sou contra”, que cheguei a ouvir de alunos. Professores que em qualquer universidade se sentiriam honrados com o desafio de dar continuidade e desdobramento críticos ao legado de sua inserção institucional são os primeiros a omitir-se e a cavar o abismo que confina seus antecessores no cárcere do esquecimento.

De um modo geral, a saída da rua Maria Antônia impôs a vários de nós um modo radicalmente diverso de relacionamento com a universidade, marcado sobretudo pela pobreza de esperança. Uma única vez deparei-me, no prédio da Administração da Faculdade de Filosofia, na Cidade Universitária, com a bela surpresa de uma extemporânea manifestação do espírito da Maria Antônia. Encontrei-me, no hall, com os professores Isaac Nicolau Salum, de Linguística, e Alfredo Bosi, de Teoria Literária, entretidos em animada conversação sobre a Oração do Pai Nosso. Salum, pastor presbiteriano que, na faculdade, dava continuidade à profícua linhagem dos linguistas protestantes, que foi marca da escola, ponderava com Bosi, católico devoto e praticante, autor competente e fino, a importância de organizarem juntos um seminário exegético sobre aquela oração bíblica. Um luxo poético inimaginável na aridez do *campus*. Salum, aliás, é o autor da tradução literária para o português do belíssimo hino contido no poema sinfônico Finlândia, de Jan Sibelius.

Como me esclareceu um dia o professor João Batista Borges Pereira, na Faculdade de Filosofia, foi por muito tempo historicamente forte a tradição de uma postura

protestante, tanto na Linguística como nas Ciências Sociais, neste caso especialmente com Roger Bastide e Paul Arbousse-Bastide, que não eram parentes entre si, este último até mesmo professor da escola dominical de sua igreja. Em outras áreas do conhecimento da faculdade original também havia protestantes. Fora uma escolha aparentemente intencional dos fundadores da USP para, com protestantes e judeus, republicanamente evitar que a universidade pública se tornasse uma universidade católica financiada com dinheiro público, coisa que, de certa maneira, aconteceria com a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Em boa medida, a tradição crítica na Faculdade de Filosofia vem do objetivismo protestante e do distanciamento que possibilitava numa sociedade cujo senso comum era e ainda é católico.

Traços de um ascetismo de tipo protestante chegaram a Florestan Fernandes através da cultura germânica de seu professor de Antropologia, Emílio Willems, alemão de família católica, que deixou marcas fundas em sua personalidade. Como me contou o professor Antonio Candido, foi Willems quem o instou a adotar as regras do rigor ascético na administração do seu tempo e de seus horários. O que lembra muito o modo protestante como Benjamin Franklin organizava seu cotidiano, com o “esquema do emprego das 24 horas de um dia natural” (Franklin, 1963, pp. 82-86). Esse livro, aliás, é um dos documentos de referência de Max Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. A espantosa capacidade de trabalho de Florestan ajustou-se aos rigores da ética protestante e dela se beneficiou. Ele levantava muito cedo para estudar e escrever. No início de 1969, quando já estávamos desalojados da rua Maria Antonia e muito mal acomodados na Cidade Universitária, marcou um encontro comigo, em sua casa, no Brooklin, às sete horas da manhã! Conversamos em seu banheiro sobre minha pesquisa, enquanto ele fazia a barba. Foi quando decidi que eu fosse trabalhar diretamente com ele, como seu assistente, transferindo-me para a cadeira de Sociologia I, pois meu projeto sobre o mundo rural se acomodava mal no Cesit, que tratava da indústria e da classe operária. A transferência saiu no dia 2 de abril e ele foi cassado 25 dias depois. Aliás, com essa transferência, Florestan formalmente me tirava da influência de Luiz Pereira e me passava para a sua influência direta, o que é um significativo indício do complicado cenário de relacionamentos que já se desenhava, antes mesmo das cassações. Luiz Pereira, muito influenciado por Florestan, herdou em sua personalidade esse protestantismo sem religião, no modo como administrava seus horários e fazia seu dia valer por dois, tornando-se um autêntico campeão de leituras.]

Na minha geração, propriamente, Luiz Pereira não teve influência. Ele começaria a influenciar a formação da geração seguinte, com uma marca própria, pois Fernando Henrique partira para o exílio no Chile, em 1964, e

o grupo de Florestan mudou um pouco de rumo, organizado a partir da nova composição que Luiz representava. Nessa mudança, Marialice Menacarini Foracchi (1929-1972), apesar de portadora de grave cardiopatia, passou a ter grande influência, seja no diálogo de Luiz Pereira com as tradições do grupo original, seja na formação de um pequeno grupo de pesquisadores que, após as cassações de 1969, viriam a ser os docentes da geração seguinte à minha: Maria Helena Augusto, Maria Célia Pinheiro Machado, Sergio Miceli, Irene Cardoso. Luiz Pereira, dos que se tornariam docentes, formou apenas José Jeremias de Oliveira Filho, Heloisa Fernandes, Paulo Silveira e Brasília Sallum. No que ao mestrado e ao doutorado se refere, eu praticamente fui autodidata, orientado informalmente, porém, por Octavio Ianni e, formalmente, por Florestan Fernandes (e por Luiz Pereira, quando houve as cassações em 1969).

[Como nos encontrássemos todos os dias e almoçássemos juntos numa cantina localizada num casarão antigo, hoje em ruínas, na rua da Consolação, perto da esquina com a rua Caio Prado, e esses encontros, ainda que espaçados, tivessem continuado por alguns anos, mesmo após o término da pesquisa sobre a qualificação da mão de obra, beneficiei-me largamente de nossas conversações, verdadeiro curso informal. Eventualmente, também jantávamos juntos num restaurante em frente à Pensão Maria Teresa, na avenida Duque de Caixas, onde Luiz era conhecido e conhecia de muito tempo o garçom, Arlindo, um fanático e competente admirador do cinema norte-americano, tema das conversas entre ambos, com frequência referindo-se à atriz Rita Hayworth, que ele pronunciava Rita Aiór. Nos intervalos desse debate era possível retomar a conversação sobre livros e autores.

Como a biblioteca da faculdade era restrita e as coleções de ciências sociais eram desatualizadas, abrigadas em meia dúzia de estantes no mesmo corredor em que ficavam as salas dos professores, no segundo andar, Luiz começou a comprar livros recentes, especialmente na Livraria Francesa, e a ampliar sua seleta biblioteca pessoal. Os autores que primeiro despertaram seu interesse foram Lucien Goldman, Jean-Paul Sartre e Henri Lefebvre, quanto à questão da dialética. Muito provavelmente, influência da conferência de Sartre, em Araraquara, cujo tema foi “Sobre a dialética”, em 4 de setembro de 1960, quando Luiz era ali professor. Ele aparece, numa das fotografias da ocasião, ao lado de Simone de Beauvoir e de Sartre. Goldman, Sartre e Lefebvre eram três autores envolvidos num debate sobre essa questão, de modo que ler um deles implicava necessariamente ler os outros. Luiz tinha uma técnica de leitura muito interessante. Lia avidamente durante a madrugada e quando nos encontrávamos, no fim da manhã, depois de ouvir meu relato sobre o andamento da

pesquisa e as entrevistas feitas, conversava comigo sobre o que havia lido. Na verdade, dialogava imaginariamente consigo mesmo, em voz alta, explicando-me o teor do livro, capítulo ou artigo, polemizando. Refinava a exposição ante minhas dúvidas. Ensinava-me, ensinando-se a si mesmo por meio de meus desconhecimentos, exercitando-se na argumentação teórica do autor lido. Tudo precedido por um cafezinho que ele mesmo preparava, segundo uma receita do professor Florestan Fernandes, que fora garçom e era tido como ótimo cozinheiro (sua feijoada era lendária): uma minúscula pitada de chocolate em pó acentua o sabor do café. Começávamos a conversa na cozinha de seu apartamento. Desses diálogos nasceu meu interesse pela obra de Henri Lefebvre, que li, numa pauta bem diversa da de Luiz Pereira, à luz dos temas e problematizações relevantes da cadeira de Sociologia I, mais compassadamente do que ele, empurrado que estava pelas urgências da liberdade. Com grande sacrifício e privações, comecei a comprar e a ler os principais livros desse diálogo.]

Nas conversas cotidianas com o Luiz, fui conhecendo uma outra visão da sociologia, de alguém que pensava a sociedade como educador, na perspectiva de Florestan e de Durkheim, a educação como instrumento de mudança e de civilização. Essa concepção de educação, porém, começava a entrar em crise, desafiada, de um lado, pelas acelerações políticas do nacional-desenvolvimentismo, pela ânsia por mudanças que, na esquerda, não seriam apenas mudanças sociais, mas também, e sobretudo, mudanças políticas. De certo modo, a sociologia como instrumento de conhecimento e transformação social, no marco da superação da anomia e do atraso, e portanto no marco da ordem, foi atropelada pela rapidez dos fatos. Aquela sociologia foi superada pelos acontecimentos.

De outro lado, o golpe de Estado de 1964 e a guinada política do país para a direita impuseram aos sociólogos uma inevitável revisão crítica de rumos na pesquisa e na interpretação.

[O Brasil a ser conhecido e explicado pela sociologia deixara de ser o que havia sido até então para tornar-se a incógnita de outro país, que passava a se mover nos marcos de outras referências: no plano político, com a ditadura e a supressão das liberdades políticas; no plano econômico, com a economia dependente e voltada para fora e a supressão das orientações da economia voltada para dentro, do nacional-desenvolvimentismo; no plano social, com o arrocho salarial, o terror da repressão e das prisões arbitrárias; no plano cultural, com a censura. A extensa e profunda mudança propunha novos temas, novos problemas e novos desafios interpretativos. Com a supressão polí-

tica de alternativas históricas, tornara carentes de reproblemática temas de pesquisas em andamento, ainda que não necessariamente todos. Embora a ditadura não interferisse diretamente nos projetos de pesquisa, criava uma circunstância peculiar e adversa para o trabalho científico, o que, em determinados temas, obrigava o pesquisador a redobradas cautelas. Era o caso do meu tema, relativo à questão agrária e à crise social no campo. Justamente, a ditadura via no campo um dos territórios de seus inimigos, o que se podia notar pelas prisões arbitrárias de líderes rurais e pela repressão brutal contra as Ligas Camponesas e o MEB – Movimento de Educação de Base, uma organização educacional católica que em cursos de alfabetização e conscientização de trabalhadores rurais usava o método Paulo Freire. Não obstante, foi no início da ditadura que se completou a formação da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, numa aliança tácita de comunistas e católicos concretizada nos últimos tempos do governo de João Goulart. Os trabalhadores organizados num sindicato oficial, tutelado pelo Ministério do Trabalho, não preocupavam o governo militar. O que o preocupava era o trabalhador rural ligado, real ou supostamente, a organizações e movimentos não oficiais. Contrariando os interesses dos grandes proprietários de terra, que haviam apoiado decisivamente o golpe de Estado, com participação da Igreja, que se opunha à reforma agrária de Goulart, nas chamadas “Marchas da Família, com Deus pela Liberdade”, o regime militar fez aprovar no Congresso Nacional a emenda constitucional que permitia as desapropriações por interesse social. Fez aprovar, também, o Estatuto da Terra, que definia o modelo de reforma agrária a ser adotado. Nos casos de agitação no campo, promovia a desapropriação da terra e o assentamento dos litigantes. Mas no geral mandava prender e processar as lideranças: tentava cortar a cabeça político-ideológica da agitação rural, reduzindo-a de questão política a uma questão social e econômica.]

Todos nós, no grupo de Florestan Fernandes, fomos afetados de diferentes modos. O projeto de estudo “Economia e sociedade no Brasil”, de Florestan, que servia de referência e articulava os projetos individuais de pesquisa, aí incluído o de Luiz Pereira, de certo modo, funcionalmente, ficou obsoleto.

[No entanto, o projeto serviu-me como guia de orientações teóricas para leituras e buscas bibliográficas. Nele estavam contidas as conexões entre temas sociologicamente relevantes e uma linha de interpretação teórica que, apesar dos fatos e da ruptura histórica que propuseram novas questões, continha a consistência universal própria do trabalho científico. O projeto foi para mim uma espécie de testamento do orientador ausente, que me remetia todo o tempo para a obra teórica dos que dele partiram e, nela, para os fios desatados de sua continuidade na nova e adversa cir-

cunstância social, política e institucional. Os temas do projeto estavam definidos numa perspectiva macrosociológica. Propus-me, então, em face das características sociológicas das novas circunstâncias, que constatava sobretudo no trabalho de campo, a continuar minhas pesquisas, numa perspectiva que fosse também microsociológica. À luz, porém, do reconhecimento, que em pouco tempo se tornou inevitável, de que a tendência política da sociedade pressuposta no projeto “Economia e sociedade no Brasil” fora vencida e anulada pelo golpe de Estado, pela ditadura e pela repressão política. Mas à luz do reconhecimento, também, de que havia um rico elenco de possibilidades e alternativas históricas na realidade social reprimida pela ditadura, no marco de uma historicidade reorientada pelo bloqueio político do nacional-desenvolvimentismo. Nos pressupostos sociológicos do projeto havia um estimulante conjunto de densas orientações interpretativas da realidade social, mesmo politicamente deslocada, que continuei a levar em conta em meus trabalhos. Orientações, aliás, definidoras da obra de Florestan Fernandes até a primeira parte de *A revolução burguesa no Brasil* (cf. Fernandes, 2006), cuja primeira edição é de 1975. Orientações também presentes, ainda que na sua criativa diferença, nas obras de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco e mesmo na de Luiz Pereira.

A ditadura, concebida, causada e motivada pela geopolítica da Guerra Fria e pelo combate ao comunismo genérico, ao esquerdismo em geral, não conseguira anular alternativas sociais e históricas menos visíveis no período anterior à sua implantação, porque diversas do que pressupunha a polarização ideológica do confronto. Ao contrário, ao promover a repressão política, desatou a explosão social nos cenários inesperados da sociedade brasileira. Onde historicamente houvera apenas lugar para o que Hobsbawm classifica como movimentos sociais pré-políticos, como o messianismo e o banditismo rural (cf. Hobsbawm, 1968), surgiram os chamados movimentos populares e os novos sujeitos políticos da sociedade brasileira (cf. Martins, 1984, pp. 75-112). O reavivamento político de fundo religioso, a mística popular, o neomilenarismo brasileiro, o surgimento das pastorais sociais, católica e luterana, e nelas a emergência do Movimento dos Sem-Terra, nos anos de 1970 e 1980, que acompanhei muito de perto, o novo sindicalismo, os movimentos sociais populares, confirmaram-me o acerto dessa opção teórica no reconhecimento de uma riqueza de possibilidades sociais e históricas, e também interpretativas, que não eram visíveis na situação dominada pelo populismo do nacional-desenvolvimentismo. O possível e inovador fora vencido pelo repetitivo e pelo reprodutivo, o progresso histórico pela ordem, numa inversão de precedências. Ocultações das deslocadas e transfiguradas forças sociais de inovação e mudança. Ao fechar o caminho da transformação social enquanto modernização do tipo pressuposto no projeto “Economia e sociedade no

Brasil”, o regime militar abriu, sem pretender, reprimindo-o, o caminho do potencial de transformação social fundada na sociedade alternativa e oculta, da historicamente menosprezada tradição conservadora brasileira, e nos movimentos populares, dela decorrentes, que ocuparam o vazio político imposto pela ditadura. A explosão surpreendeu o regime e as esquerdas, desacostumados com a insurgência originada de setores politicamente improváveis da sociedade, como se veria no esquema repressivo montado mais tarde, em 1978, para aniquilar militarmente, pelo cerco e pela inviabilização, o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Ali se refugiaram famílias de agricultores sem-terra expulsos pelos índios Kaingang da reserva de Nonoai porque os exploravam. Era o prenúncio do surgimento do MST, que se daria vários anos depois.

A visibilidade vencida pelo golpe não significava a supressão de possibilidades históricas nas persistentes singularidades desta sociedade. No cume político dessa nova e inesperada cara conservadora da transição brasileira nasceram os movimentos populares do período ditatorial, como mencionei, e nasceu o PT, que deles se nutriu, sobretudo de suas bases católicas. Devido aos rumos leninistas de seu marxismo e de sua compreensão do processo político brasileiro após o golpe de Estado e, sobretudo, após a cassação dos professores, Florestan intuiu e temeu essas novas características da realidade política. Quando a comissão de notáveis do Partido dos Trabalhadores foi à sua casa, na rua Nebraska, para convidá-lo a nele ingressar, muito preocupado, com dúvidas, e firme com o que pudesse ser o novo partido nesse estranho cenário, Florestan disse a Lula que “ingressaria no partido se ele lhe garantisse que o PT não era um partido de direita”. Lula garantiu. Isso ouvi de um membro da comissão, que estava presente.

Foi no desafio de compreensão dessas extensas e significativas mudanças que propus a introdução da disciplina de Sociologia da Vida Cotidiana no currículo de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, em 1975, o que estranhamente deixou Luiz Pereira irritado e contrariado, como ele mesmo me manifestou numa conversa de corredor nos barracões da Faculdade de Filosofia, sem sequer explicar-me suas razões. A proposta desse curso deixava bem clara a diferença que me mantinha alinhado com as orientações teóricas criativas do grupo original da cadeira de Sociologia I e me separava das orientações teóricas e temáticas de Luiz e do que se estava tornando o “seu grupo” ou (na linguagem que ele aplicava a outros) a “sua curriola”. Nessa ocasião reorientei meu curso de pós-graduação para que se tornasse um seminário de estudo, que acabaria durando dezoito anos, sobre o método dialético, um retorno à dialética, como instrumento de pesquisa e interpretação de uma realidade em que o processo histórico se propunha na poderosa mediação do cotidiano e do reprodutivo. Durante o seminário semanal das manhãs de sexta-feira, foi lida e, em

parte, relida, durante doze anos, boa parte da obra de Marx e, nos seis anos seguintes, boa parte da obra de Lefebvre. Esse seminário foi encerrado em maio de 1993, com o colóquio sobre “A aventura intelectual de Henri Lefebvre”, em função do seu esgotamento natural e também em função de minha ida para a Universidade de Cambridge, para assumir a Cátedra Simon Bolívar e a condição de *fellow* de Trinity Hall, para as quais fora eleito em 1992. Os resultados do colóquio foram publicados numa antologia que organizei, com as comunicações apresentadas (cf. Martins, 1996, pp. 13-23).

Nessa orientação, sugeri ao professor Florestan Fernandes a inclusão de um volume dedicado a Robert Nisbet na sua coleção “Grandes Cientistas Sociais”, da editora Ática, que eu prepararia. Seria uma antologia de textos representativos da obra de um dos mais importantes sociólogos contemporâneos. Como já o fizera Karl Mannheim, Nisbet compreendia a tradição conservadora, a importância do pensamento conservador nas origens e nos fundamentos da sociologia e a relevância dessa tradição na dinâmica da sociedade moderna. Essa perspectiva tornava sua obra relativamente próxima de orientações e preocupações do grupo original de Florestan e iluminava alguns de seus temas mais relevantes, relativos às resistências sociais à mudança. Florestan aceitou a proposta, mas Octavio Ianni me procurou e me instou a desistir porque, no seu modo de ver, Nisbet era um sociólogo desconhecido e sem importância. Embora dele discordasse, vi-me desestimulado a levar adiante a proposta da antologia, sobretudo porque Florestan tampouco insistiu comigo para que a organizasse. Nisbet já se tornara o grande e competente nome da sociologia norte-americana, sua obra ganhara visibilidade tardiamente e tivera o reconhecimento de sua importância na era pós-Parsons, como também acontecera com a obra de C. Wright-Mills. Ianni acabaria, de algum modo, se inteirando da relevância da obra de Nisbet, o que ficou evidente em sua aula magna na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 3 de março de 2004, um mês antes de falecer (cf. Ianni, 2004, pp. 10-11), aula influenciada por um notável texto de Nisbet, “A sociologia como uma forma de arte” (cf. Nisbet, 1970, pp. 143-162).

Cada um de nós, portanto, reagiu a seu modo à transformação política do país e da universidade, desde os que não se deram conta das verdadeiras e profundas mudanças até os que, como Florestan, sobretudo em *A revolução burguesa no Brasil*, se interessaram pela compreensão das alternativas reveladas pela interpretação radical, que indicassem as possíveis novas tendências históricas da sociedade brasileira. Numa visita que lhe fiz, no final de julho de 1995, alguns dias antes de sua morte, dentre os assuntos da conversa entrou minha pesquisa sobre os conflitos na Amazônia, em particular o anômalo recrudescimento da escravidão por dívida e o eficiente programa criado por Fernando Henrique Cardoso para combatê-la. A abertura de Florestan para a compreensão do inesperado na mutilada história brasileira manifes-



tou-se aí também, quando, mesmo surpreso, me pediu dados para escrever um artigo a respeito para sua coluna semanal na *Folha de S. Paulo*. Ainda voltamos a conversar a respeito por telefone, alguns dias depois. Ele faleceu antes de poder escrevê-lo.

A inflexão no projeto de Luiz Pereira ganha sentido nessa busca dispersa. O livro resultante da pesquisa sobre qualificação da mão de obra na indústria propõe uma interpretação do Brasil já não como país culturalmente atrasado, de um atraso superável, desbloqueável, o Brasil das resistências à mudança (o Brasil do projeto “Economia e sociedade”), da sociologia aplicada, mas como país periférico do capitalismo, limitado, por isso, no seu desenvolvimento. No entanto, em 1965, quando ele terminou a redação de *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*, sua tese de livre-docência, era significativo seu diálogo com a obra de Lucien Goldman (*Ciências humanas e filosofia*), de Jean-Paul Sartre (*Questão de método*) e, sobretudo, de Henri Lefebvre (em especial os livros de implicação metodológica e de crítica ao marxismo vulgar, como *Problemas atuais do marxismo*, e os dois primeiros volumes da *Crítica da vida cotidiana*). São obras que propõem a questão metodológica no pressuposto da totalidade e o diálogo da dialética com as chamadas disciplinas auxiliares, como a Sociologia e a Antropologia. Luiz Pereira chegou a esses autores, em parte, também estimulado pelo bom domínio que tinha da obra de Karl Mannheim, especialmente de sua sociologia do conhecimento, um autor difundido por Florestan Fernandes entre seus alunos e discípulos e que aparece como o grande interlocutor de todos eles. Em tudo, obras opostas à trajetória estruturalista e esquematizante que Althusser e Poulantzas percorriam.

Pode-se compreender a limitada opção althusseriana de Luiz Pereira como recurso para interpretar o Brasil na perspectiva classificatória e nominalista, diante de classificações e conceituações vencidas pelas mudanças políticas, como aconteceu com muitos, na universidade e na esquerda, e a perspectiva do desânimo e do conformismo dos intelectuais abatidos pelo poder da ordem, como se pode ver pelos temas que percorreram e os procedimentos que adotaram. O marxismo de Althusser é um marxismo classificatório, que permite dar nome ao que nome não tem, ordenar o desordenado e construir o que é no fundo uma visão sistêmica da sociedade. Um marxismo desvinculado da riqueza essencial do método científico de Marx, relativa à multiplicidade dinâmica dos tempos sociais, sua realização desigual e suas personificações, as persistências sociais e o historicamente possível, enfim as contradições. Um marxismo tomista que se compreende no perfil de seu autor, originário da direita católica, cuja obra, sobretudo por iniciativa de estudantes brasileiros na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, se difundiu no Brasil, mais entre comunistas e católicos de esquerda no Rio de Janeiro. Por intermédio das bases católicas, viria a ser a orientação ideológica de ponderáveis grupos do PT, radicada especialmente no MST, que adotaria uma discipula de Althusser, a chilena Martha Harnecker, como referência teórica de sua prática.

Harnecker, também católica, foi dirigente da Ação Católica Universitária chilena. A Ação Católica foi criada por Pio XI (1922-1939), o papa que fez incisivos questionamentos do comunismo e do socialismo, mas que revalorizou a Doutrina Social da Igreja e por meio dela propôs a crítica católica do capitalismo, a sua crítica conservadora e pré-moderna. Após a Segunda Guerra Mundial, a Ação Católica tendeu a perder suas características de direita e tornou-se a grande base de disseminação do catolicismo social e importante referência da esquerda católica, sobretudo por meio da obra de Emmanuel Mounier e sua revista *Esprit*, vendida na Livraria Francesa e assinada durante muito tempo pela biblioteca da Faculdade de Filosofia da USP. No mecanicista marxismo althusseriano, as concepções de instâncias, de articulação de instâncias, de aparelho, de articulação de modos de produção formalizam e atenuam as contradições sociais ao sujeitá-las a uma totalidade construída, abstrata e restritiva da criatividade histórica das tensões.

A opção althusseriana no marxismo de retaguarda teórica, que, ao menos desde os anos de 1970, vem informando os movimentos populares amparados na ação pastoral católica e, desde os anos de 1980, nas ações do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, nascido na Pastoral da Terra –, é uma opção que bem demonstra o abismo que separa a ideologia desses movimentos da práxis rica e potencialmente criativa neles contida. As dificuldades são maiores na conceituação cotidiana e direta dessa práxis por parte de seus próprios agentes e militantes. O althusserianismo encobre e empobrece as dimensões complexas e profundas da vivência dos pobres, empobrecendo, portanto, a consciência social potencialmente contida no modo cotidiano de experienciar a vida em condições de adversidade extrema. Documentos e análises de minha crítica a esse reducionismo e do meu diálogo com os movimentos populares em cursos de esclarecimento e treinamento para militantes e agentes de pastoral estão em Martins (2008; 2009a, pp. 7-23).

A influência althusseriana torna-se mais nítida na obra de Luiz Pereira com a publicação de *Anotações sobre o capitalismo* e a inclinação do autor para os estudos macroestruturais sobre os rumos do desenvolvimento capitalista. A maior limitação do marxismo althusseriano que se infiltrou na sociologia – no confronto com a leitura da obra de Marx feita por dois grupos na Faculdade de Filosofia da USP, o dos anos de 1960 e o iniciado na segunda metade dos anos de 1970, basicamente os grupos de algum modo, mesmo criticamente, radicados na tradição intelectual representada por Florestan Fernandes – é a omissão da compreensão da singularidade histórica das sociedades particulares, no nosso caso, a sociedade brasileira. A grande marca da sociologia de Florestan Fernandes e de seus assistentes estava justamente no fato de ser uma sociologia enraizada, conforme as grandes tradições do pensamento sociológico, uma leitura sociológica original das singularidades sociais, de que resulta uma

maneira de ver e compreender o mundo a partir da margem, em oposição a uma sociologia que propõe a compreensão da sociedade a partir do centro. O marxismo althusseriano empobrece aquela compreensão, pois universaliza pela supressão das mediações e não pela interpretação das contradições. No PT, aliás, pelo qual seria deputado federal em dois sucessivos mandatos, Florestan nunca teve suas ricas interpretações do Brasil e do capitalismo assimiladas pelo partido, prioritariamente interessado nas simplificações interpretativas e conceituais, mais adequadas às urgências da busca do poder. No entanto, nele permaneceu até o fim como contraponto crítico, como lúcida e desafiadora nota de rodapé.]

As novas demandas de conhecimento sociológico e os novos desafios interpretativos da sociedade brasileira refletiram-se na reorientação dos projetos de pesquisa de cada um, já no período entre 1964 e 1969. Velhos temas e orientações foram abandonados, novos temas e novos desafios foram aceitos. Luiz Pereira mudou radicalmente seu projeto durante a execução, escoimando-o dos intuitos práticos e aplicados que o definiam, como se pode ver no livro dele resultante, *Trabalho e desenvolvimento no Brasil* (cf. Pereira, 1965). As mudanças políticas refletiram-se na própria obra de Florestan Fernandes, que abandona a perspectiva sociológica da qual era eminentemente representante, politicamente a do nacional-desenvolvimentismo e sociologicamente a das reformas sociais.

[No citado projeto “Economia e sociedade no Brasil”, essas identificações estavam claramente propostas, apenas dois anos antes do golpe militar de 1964. O projeto cobre quatro temas, que correspondem a obras previstas para os cinco anos seguintes: “Esses temas são: a mentalidade do empresário industrial, elemento decisivo para a compreensão do crescimento econômico e das tendências de consolidação da ordem social competitiva na sociedade brasileira; a intervenção construtiva do Estado na criação ou fomento de condições para provocar ou acelerar o desenvolvimento econômico em geral; a mobilização da força de trabalho, sob as condições de transição da economia tradicional para a era tecnológica, com vistas para os desequilíbrios econômicos, demográficos e sociais resultantes, bem como para os influxos positivos da racionalização do aproveitamento do fator humano na reintegração da ordem econômica, social e política; os fatores societários residuais do crescimento econômico no Brasil, na forma em que eles se revelam à análise sociológica comparada de comunidades bem-sucedidas na instauração da ordem social competitiva” (Fernandes, 1962, pp. 10-11).

De certo modo, o projeto centra-se numa questão de referência: o que a sociologia poderia fazer pelo capitalismo difícil de um país subdesenvolvido, a partir do

conhecimento sociológico acumulado quanto à transição das sociedades tradicionais para a sociedade moderna, um tema forte da sociologia latino-americana daquela época e, em particular, da sociologia da USP. O problema era saber quais as deficiências de compreensão do empresariado industrial em relação às possibilidades de expansão e afirmação do capitalismo no Brasil. Mas também as resistências do operariado à modernização tecnológica da indústria. E, por fim, o déficit de competência política do Estado para atuar como Estado demiurgo em relação às possibilidades que se abriam ao desenvolvimento capitalista do país. A pesquisa teve apoio financeiro da Confederação Nacional da Indústria e do governo Carvalho Pinto, de São Paulo. Tendo em vista esse projeto de estudo e a trajetória intelectual de Luiz Pereira até então, devotado estritamente a temas relativos à educação, é minha impressão desde o começo que foi Florestan Fernandes quem lhe propôs a inflexão temática e biográfica representada pela pesquisa sobre “A qualificação da mão de obra na empresa industrial”. A pesquisa de Luiz era das que melhor se enquadravam no pressuposto principal do projeto, que é um dos aspectos mais importantes da sociologia de Florestan Fernandes, dos raros sociólogos que a ele se dedicaram com competência e contribuição teórica original, o da sociologia aplicada. A ideologização da interpretação da obra de Florestan Fernandes, após sua morte, mesmo pelos que hoje se proclamam dele próximos e seus únicos intérpretes legítimos e credenciados, os que procuram reduzi-lo à condição de um panfletário da política partidária, coisa que ele nunca foi, anulou completamente a visibilidade desse verdadeiro marco na sua sociologia e no pensamento sociológico. Diz ele, para concluir e justificar o projeto: “os conhecimentos empíricos e teóricos que logramos obter dizem respeito a problemas sociais que se vinculam nos processos de mudança que irão decidir, historicamente, do ‘destino’ do Brasil, nos quadros da civilização de que participamos. [...] Além de orientar-nos para tarefas intelectuais que pressupõem um verdadeiro ‘salto histórico’ no desenvolvimento da sociologia no Brasil, asseguram-nos a perspectiva de contribuirmos, vantajosamente, para o progresso da teoria sociológica em um campo no qual os conhecimentos teóricos possuem enorme interesse prático” (Fernandes, 1962, p. 34)<sup>1</sup>.]

1. A proposta teórica de uma sociologia aplicada na obra de Florestan Fernandes encontra-se em *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1960), um de seus melhores livros. Sobre o lugar da sociologia aplicada, em sua obra, ver, de José de Souza Martins, “Prefácio à quinta edição” (Fernandes, 2006, pp. 9-23).

Florestan radicaliza sua sociologia nos anos de 1970 e a liberta das contenções que, na sua biografia, a haviam colocado num nicho acadêmico protetivo e estritamente científico.

[Mudanças de curso e alterações nas prioridades temáticas dos pesquisadores não são raras na sociologia, expressões e solicitações das circunstâncias e da própria dinâmica social. Nestes tempos de racialização da interpretação do Brasil, com vistas à obtenção de privilégios estamentais compensatórios por parte de quem assim se iden-

tífica, a obra de Florestan Fernandes sobre o negro vem sendo invocada pela classe média mulata para legitimar a opção do movimento social que reduz a diferenciação da sociedade a uma diferenciação racial. No entanto, o interesse de Florestan pelo tema tem uma origem peculiar e significativa. Foi Roger Bastide quem o atraiu para o tema, um protestante, branco, interessado na relação entre sociologia e psicanálise (cf. Bastide, 1948, curso por ele ministrado na Faculdade de Filosofia da USP, em 1940) e nas estruturas sociais e mentais profundas, que no Brasil seria iniciado no candomblé, que descobrira de maneira competente os densos conteúdos das remanescentes culturas negras no Brasil, especialmente seus conteúdos religiosos (cf. Bastide, 1972). Foi ele quem convidou Florestan Fernandes, seu discípulo e assistente, para realizarem, juntos, uma pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, com apoio da Unesco. Florestan estava bem longe desse tema e mergulhado na pesquisa teórica, nos temas abstratos e na produção dos estudos que culminariam na publicação de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959). Disse a Bastide que, justamente em função dos estudos teóricos que realizava, não tinha interesse em participar do projeto. Contou-me ele que, ao ver os olhos de Bastide cheios de lágrimas por aquilo que de certo modo representava um afastamento entre os dois, voltou atrás e aceitou a proposta. Eles acabaram colhendo riquíssimo material sobre o tema e até mesmo inovando como precursores da técnica da pesquisa-participante (ou pesquisa-ação), com esse nome, autônoma e independente, sistematizada e difundida pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda. Roger Bastide e Florestan Fernandes publicaram *Branços e negros em São Paulo* (1955). Foi com base nesse material único que Florestan escreveu *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), sua tese de cátedra, e, na sequência, a significativa obra teoricamente motivada que é *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), o início dos estudos mais consistentes de Florestan sobre o capitalismo no Brasil. Esse trajeto da temática na obra de Florestan introduziu um inovador pressuposto antropológico no estudo do capitalismo e uma compreensão rica e desafiadora do subdesenvolvimento como retardamento histórico, inicialmente em relação ao dominante e, depois, em relação ao possível, como pode ser definida numa perspectiva que é lefebvriana. É aí que se propõem as urgências políticas do grupo da antiga cadeira de Sociologia I e o próprio desabrochar de um Florestan político (e, no caso dele, pouco provavelmente num passado estudantil de curta militância como trotskista).]

Embora Luiz Pereira não tenha politizado sua sociologia, ao optar pela sociologia do desenvolvimento, numa certa perspectiva de esquerda, rompe, também ele, com o reformismo da tradição que perfilhava. Por essa época, teve certa repercussão um livro de Harry Magdoff (1969), que propõe

um retorno crítico ao tema referencial de Lênin, em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, livro que Luiz foi dos primeiros a ler e comentar. Portanto, ele se aproxima de uma esquerda também ela em crise, que procurava retomar seus temas de origem, independentemente dos fatos que estavam ocorrendo no Brasil. Os anos de 1960 e 1970 foram anos de profundas mudanças sociais e políticas no mundo, que afetaram largamente a consciência sociológica que do mundo se podia ter. Vi os reflexos e o andamento dessas mudanças nos meus diálogos cotidianos com o Luiz, nesse período, em que havia frequentes referências às leituras que ele estava fazendo.

*Comente o modo de Luiz Pereira se relacionar com seus alunos e orientandos. O modo de encaminhar essa relação não poderia levá-lo a angariar conflito ou cooperação com os corpos docente e discente para levar adiante seus projetos? Aliás, era possível falar na existência de um projeto acadêmico pessoal de Luiz Pereira? Em caso afirmativo, ele foi bem-sucedido ou teve que abandonar suas pretensões? Caso contrário, quais as fidelidades que sustentava no exercício de seu ofício?*

Não tive, propriamente, contato com Luiz Pereira como orientando. Ele foi apenas meu orientador formal na fase final do doutorado, um orientador meramente administrativo. Tanto meu mestrado (1966) como meu doutorado (1970) foram feitos em regime de urgência e emergência, em virtude do vazio criado pelo golpe de Estado, primeiro, e, depois, sobretudo, pela aposentadoria política e compulsória dos principais docentes da cadeira de Florestan Fernandes. Luiz Pereira herdara de orientadores cassados um número enorme de alunos, o que de fato inviabilizava a sua função de orientador, tendo ainda que dar conta de cursos de graduação. De modo que nos entendemos quanto ao fato de que, tendo condições de trabalhar sozinho, tocaria o trabalho e, eventualmente, o consultaria sobre pontos específicos, o que não foi necessário. Ele faria, apenas, a leitura final do texto para os reparos e sugestões devidos. Aliás, tanto o tema como o material de pesquisa no meu mestrado e no meu doutorado foram substitutivos de emergência de uma pesquisa comparada sobre a transição no mundo rural e uma extensa e bem cuidada pesquisa de campo que fiz no Médio e no Alto Paraíba sobre a crise da modernização no mundo caipira.

[Ainda na graduação, no último ano, em 1964, apresentei a Octavio Ianni um projeto de pesquisa para um eventual mestrado (que, então, se chamava especialização), a ser orientado por ele, sobre “As condições sociais do desenvolvimento agrário

no estado de São Paulo”. Usei termo “agrário” e não “rural” porque não pretendia fazer uma sociologia rural, muito influenciado pelas aulas de Florestan, Fernando Henrique e Ianni, e leituras que sugeriram, opostas ao positivismo das fragmentações do tipo rural e urbano, que alertavam para a riqueza sociológica do princípio da totalidade na sociologia para compreender justamente transições e mudanças, a dinâmica social. Essa orientação expressava uma crítica sociológica da sociologia rural, que expus em “As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo” (cf. Martins, 1986, pp. 11-38). Fiz a pesquisa comparativa em três municípios do interior, em 1965. Apresentei os resultados preliminares em dois relatórios para a Fapesp, que Florestan leu e recomendou para publicação, e foram publicados, em 1969, respectivamente na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, da USP, e na revista *América Latina*, do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, do Rio de Janeiro. Incluí os dois textos no meu livro *Capitalismo e tradicionalismo* (1975). Como eu tivesse sido preso pelo Dops, em 1966, e já tendo sido pelo conjunto de seu grupo (Fernando Henrique seria preso pelo Dops em 1964, e só não o foi porque conseguiu deixar o país, e o próprio Florestan, submetido a inquérito policial-militar e preso pelo Exército), Florestan insistiu comigo para que acelerasse a redação da dissertação. Sugeri-me, então, que transformasse em dissertação uma das monografias que eu redigira para a Universidade do Brasil, sobre o grupo Matarazzo, na pesquisa sobre grupos econômicos multibilionários, de Maurício Vinhas de Queiroz. No doutorado, o problema repetiu-se. Eu havia feito, no início de 1970, extensa e complexa pesquisa sobre agricultura tradicional e agricultura moderna no Alto e no Médio Paraíba, mas a apuração dos dados e a redação da tese me tomariam ainda uns dois anos. Luiz pediu-me, então, que usasse para isso os dados já colhidos de outra pesquisa minha, sobre a imigração italiana no núcleo colonial de São Caetano, o que fiz.]

Ele não tinha projeto institucional, tinha um projeto pessoal. O que fora o projeto da cadeira de Sociologia I, escrito por Florestan (o mencionado “Economia e sociedade no Brasil”, de 1962)<sup>2</sup>, cessou com as cassações, em 1969, sobretudo porque já não havia lugar para os intuitos de uma sociologia aplicada. O próprio Luiz deu uma guinada radical na sua participação no projeto de Florestan, como mencionei. Se você ler atentamente seu livro (que foi também sua livre-docência) *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*, verá que a pesquisa sobre qualificação da mão de obra na indústria ficou reduzida a um capítulo. No meio da pesquisa, ele literalmente perdeu interesse pelo tema e ficou muito motivado pela sociologia do desenvolvimento, um tema que era marca de Octavio Ianni, que dava cursos sobre o

2. O pequeno volume tem uma esclarecedora introdução de Fernando Henrique Cardoso, diretor do Cesis (p. 3).

assunto. Com as aposentadorias compulsórias de 1969, Luiz assumiu esse tema e praticamente passou a se dedicar apenas a ele.

*A que se deve atribuir o aparente medo que os cursos de Luiz Pereira inspiravam aos alunos? Em que medida é preciso ponderar o elemento repressivo, de violência política e ideológica, instaurado no campus após o golpe de 1964, nesse tipo de atitude de distanciamento do professor? Seu temperamento retraído teria propiciado barreiras de comunicação com seus pares e alunos? Em que medida isso pode ter levado a uma situação de isolamento real ou artificial no Departamento de Sociologia?*

Luiz Pereira era muito exigente (e muito exigente com ele mesmo) e, não obstante, seus cursos tinham grande popularidade, na graduação e na pós, quando viemos a ter cursos de pós-graduação. Florestan e Fernando Henrique eram exigentíssimos e não tiveram problemas com alunos nem seus cursos deixaram de ser muito procurados. Nessa altura, aliás, no início da incorporação de Luiz ao grupo da cadeira de Sociologia I, nem se podia falar em *campus*. Nossos cursos ainda eram na rua Maria Antônia e a repressão era externa e não interna. Só no segundo semestre de 1968 fomos para a Cidade Universitária. Os alunos davam-se bem com Luiz Pereira, que fez entre eles muitos amigos. Ele era propriamente o professor, exigente, respeitado e admirado.

*Eram perceptíveis distinções de status em função do background escolar, familiar, social ou econômico? O fato de ter sua formação de origem em pedagogia influía ou podia ter influência na avaliação que dele faziam seus pares? Ou, então, não poderia torná-lo mais suscetível a uma eventual filiação diferencial do ponto de vista de maior aproximação com valores das gerações anteriores à sua – como as de Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes –, situando-o numa unidade de geração mais próxima dos pioneiros que também transitavam entre os campos da educação e pedagogia?*

Que eu saiba, não havia nada disso. Florestan teve origem muito pobre, lúmpen, como ele dizia, e não obstante nunca foi discriminado por isso. Tenho uma origem parecida e nunca me vi, intelectualmente, menosprezado por isso, por Florestan e seu grupo. A Faculdade de Filosofia era historicamente um lugar de encontro mannheimiano de intelectuais de origens sociais diversas e desencontradas. Claude Lévi-Strauss, em *Tristes trópicos*



(1957, pp. 13 e 104-106), já havia notado o quanto a faculdade, de que fora um dos fundadores, quebrava linhas de separação social arraigada na sociedade paulistana. Ela abria democraticamente o acesso à universidade a populações que, sem a escola pública, teriam ficado fora dela, como era o caso de Florestan, de Luiz e o meu próprio. A maioria dos professores não vinha propriamente da elite e sim dessas camadas médias em ascensão, caso do próprio Luiz. Ele foi sempre muito bem tratado e acolhido por alunos, mesmo os originários das famílias mais ricas. Sabendo-o solteiro e solitário, um dos alunos, que muito o admirava, de uma família quatrocentona de São Paulo, de pai intelectual respeitadíssimo, certa vez convidou-o a passar as festas de fim de ano com sua família, o que o deixou encantado e feliz.

[Luiz Pereira, no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, cursara Sociologia, e também na Escola Normal, além de ter feito especialização e doutorado em sociologia. Portanto, mesmo que diversa de toda a sociologia que se aprendia no curso de Ciências Sociais, ele tinha informações teóricas suficientes para suprir qualquer diferença na comparação entre os dois bacharelados. O convite para que se tornasse assistente da cadeira de Sociologia I, em 1963, não era só de Florestan, mas também de seus assistentes que, assim, reconheciam sua competência na área da Sociologia. O autodidatismo de Luiz e a voracidade com que se dedicou a ampliar e atualizar seus conhecimentos sociológicos, ainda em Araraquara, são boas indicações de uma competência que não se limitava aos temas da educação e da sociologia da educação. Foi Luiz Pereira que chamou minha atenção para o fato de que uns poucos jovens auxiliares de ensino, na Faculdade de Filosofia, simpáticos aliás, tinham propensão a se sobre-estimarem, equiparando-se aos nossos melhores professores, que inconscientemente imitavam nos gestos e na entonação da voz. Olhavam os demais de cima para baixo e tratavam o próprio Luiz como alguém que ainda teria que provar a que viera, como ele mesmo percebia. Luiz ficava amolado com isso e os ironizava, entre amigos, definindo-os como “gênios irreconhecíveis”, cuja presunção decorria de suporem-se “autores de uma obra tão vasta quanto as estrelas, que faltava apenas colocar no papel”.

No entanto, como me narrou o próprio Luiz Pereira, Florestan era muito sensível a tudo que pudesse interpretar, ou pudesse ser interpretado pelos outros, como subestimação de sua pessoa e da função pública que personificava como catedrático da USP, mesmo entre seus colegas e grandes amigos acadêmicos. Sua sensibilidade decorria da consciência das obrigações de seu *status* e era a sensibilidade da instituição, no estilo europeu, muito comum, na época, entre catedráticos mais conscientes das obrigações e da função social de seu posto numa universidade do porte da Uni-

versidade de São Paulo. Não a sensibilidade de um militante partidário que, na ocasião, ele não era.

No meu modo de ver, foi nessa perspectiva sua reação à presença de um tenente-coronel do Exército na Faculdade de Filosofia, aliás ex-aluno da USP, de Arquitetura, tolerada pelo diretor, professor Mário Guimarães Ferri, que lhe forneceu até um funcionário para atuar como escrivão. O oficial ali estava para proceder ao inquérito policial-militar sobre atividades subversivas de quatro professores, um deles o próprio Florestan, que, no meu modo de ver, reagiu em nome da instituição de que era um dos representantes e que se encontrava abandonada, na afirmação de seus valores fundamentais, pela maioria dos catedráticos, intimidados pelas prisões e cassações. Em nenhum momento houve evidência de que a reação de Florestan tivesse ocorrido em nome de uma bandeira político-partidária ou de uma posição “de esquerda”, embora posteriormente pudesse ser interpretada como tal e acabaria sendo. Florestan era muito cioso do que a universidade pública representava e da sua missão civilizadora, como instituição de respeito que não podia tolerar a humilhação a que estava sendo submetida: os quatro inquiridos tinham que provar que não eram subversivos cantando o Hino Nacional e descrevendo a Bandeira Nacional, como se fossem escolares do ensino primário. Cada um dos inquiridos reagiu a seu modo. O sempre bem-humorado professor João Cruz Costa, de Filosofia, tratou o oficial com larga ironia: “O senhor sabe cantar o Hino Nacional?”. Resposta: “Se o coronel acompanhar, eu canto”. “O senhor sabe o que quer dizer ‘Ordem e Progresso?’” “Ah, disso eu sei um pouco!”. Cruz Costa era na época o maior especialista brasileiro em positivismo e na obra de Augusto Comte, de quem vinha a frase incorporada à nossa bandeira!

Já Florestan reagiu em defesa de uma fortaleza, a fortaleza moral do conhecimento e da emancipação do povo brasileiro, que era como professores e alunos entendiam a Universidade de São Paulo e as universidades em geral. O protesto escrito de Florestan valeu-lhe a prisão no ato, diante do diretor da faculdade, que não reagiu, e o seu recolhimento ao Batalhão de Guardas, no parque Dom Pedro II. Aliás, o mesmo lugar em que funcionara no século XIX o Hospício de Alienados, onde morreu o poeta abolicionista Paulo Eiró (1836-1871). O professor Fernando de Azevedo (1894-1974), já idoso e aposentado, reagiu às cassações, em 1969, movido pelos mesmos valores relativos ao poder da cátedra. Saiu de sua casa e, dirigindo seu próprio carro, apesar da visão diminuída, foi a uma reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia, de que era membro vitalício, para lamentar e repreender a omissão dos catedráticos em relação à violência contra a universidade, alcançada pelas cassações. A isenção partidária do professor Florestan, nesse episódio, evidenciou-se em dois fatos curiosos, ambos narrados por ele mesmo aos que lhe eram próximos. Um deles, o de que foi procurado em sua casa, pouco depois de ter sido solto após a ampla repercussão de sua prisão, pelo mes-

mo tenente-coronel que o prendera, para uma respeitosa conversa política, a pretexto de lhe pedir um autógrafa. O oficial aparentemente falava em nome de jovens oficiais do Exército no que parecia ser uma sondagem para envolvimento de Florestan num movimento que organizavam. Por essa época, ou pouco depois, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um manifesto político de página inteira, de iniciativa sobretudo de oficiais das Forças Armadas, em favor da criação de um Partido Nacional. Na lista dos autores citados, cujas obras serviram de referência na elaboração do manifesto, está o nome de Florestan Fernandes. No outro, naquela mesma tarde, o professor Oliveiros da Silva Ferreira, de Ciência Política e também jornalista de *O Estado de S. Paulo*, fechou-se com Florestan numa das salas de professores, para uma longa conversa política, em que se pôs à sua disposição, para segui-lo. Florestan não assumiu nenhuma dessas solicitações, explicando que seu gesto tinha outro sentido.

Luiz Pereira também era sensível a gestos e atos que pudesse interpretar como “passar por cima” ou suposta minimização de sua pessoa e mesmo do que supunha ser a sua missão como educador e, posteriormente, como gestor e líder do grupo remanescente da cadeira de Sociologia I. Com facilidade sentia-se discriminado, mesmo que não fosse essa a intenção de terceiros. Tive um enorme problema com ele quando precisei pedir um afastamento formal para dar andamento à minha pesquisa sobre modernização na agricultura no interior de São Paulo, em 1965. Ele não estava disponível, creio que estava viajando, nem estava disponível o professor Florestan. Pedi então a Octavio Ianni que assinasse o documento de autorização de ausência para que eu pudesse viajar sem o risco de incorrer em abandono do emprego, pois ficaria mais de um mês no campo. Além do que, eu usaria na viagem a perua Kombi do Cesit e a autorização escrita era necessária. Ianni era o docente de mais alta hierarquia presente na cadeira de Sociologia I, naquele dia, à qual estava subordinado o Cesit, a cujo quadro eu pertencia. Por lei ele devia assinar o papel em face da ausência de Luiz, que era o diretor. Ao tomar conhecimento do que ocorrera, Luiz Pereira sentiu-se inferiorizado, enquanto o professor Florestan nem se manifestou porque o meu procedimento fora o procedimento de rotina. Foi um custo superar o problema com Luiz. Teve uma reação parecida quando recebeu os primeiros exemplares da antologia *Educação e sociedade* (1964), que ele organizara em parceria com Marialice Mencarini Foracchi. Ele se desdobrara na realização desse trabalho, que coincidiu com o agravamento da doença de Marialice. Ele próprio se incumbira do acabamento dos originais. Diferente do original, o livro impresso, porém, trazia o nome de Marialice antes do dele, na capa e na página de rosto, por iniciativa de funcionário graduado da editora, que explicou ingenuamente, depois, entender ser gesto de cavalheirismo, em casos assim, dar precedência ao nome da coautora. Luiz desabafou comigo, durante horas, à noite, caminhando ao redor do imenso quarteirão formado pelas ruas Maria Antônia, Consolação, Piauí e

Itambé. Falava e não ouvia nem queria ouvir minhas sugestões e ponderações. O ponto de queixa era o de que tinha sido transformado de autor em mero coautor. Suspeitava que a troca ocorrera porque o dono da editora, homem de família tradicional e abastada, era tio de Marialice e o tratava como pessoa insignificante, o que era um exagero. Foi à editora e exigiu a troca da capa e do primeiro caderno do livro que começava a ser distribuído, o que foi feito. Ficou, porém, a evidência do que ocorrera na ficha catalográfica, que não foi mudada.

Ele prestava muita atenção em estigmas de caráter nos outros, o que aparecia nas piadas que contava, e ele próprio fizera enorme esforço para superar o sotaque caipira de sua região de Piracicaba, exagerando nos erros da pronúncia, pronunciando-os no fundo da garganta e não na ponta da língua como fazem os falantes desse dialeto. Esse era, sem dúvida, um motivo de sofrimento para ele, que acarretava tensão nos seus relacionamentos, sempre prevenido quanto a uma discriminação eventual, mesmo suposta. Levava em conta o quanto as pessoas com sotaque caipira eram subestimadas na universidade, mesmo sendo pesquisadores de pública e notória competência. Nem por isso deixavam de ser explorados por aqueles que julgavam que o sotaque caipira indicava a pessoa tola e ingênua, indigna do conhecimento que fosse capaz de produzir e que, por isso, deveria passar a mãos alheias e em obra alheia aparecer. Preocupado, mais de uma vez ele chamou minha atenção para o fato de que terceiros fingiam me ouvir e se interessar pelos resultados de minhas pesquisas para deles se apropriar. Além disso, posso testemunhar que os próprios alunos do diurno, de famílias bem situadas, ignoravam os alunos do noturno, como eu, os que tinham que trabalhar durante o dia e, com dificuldade, estudavam à noite. Luiz, aliás, por ter sido classificado em primeiro lugar na sua turma do Curso Normal, fora beneficiado com a cadeira-prêmio que lhe assegurara o salário durante quatro anos, para fazer o curso de Pedagogia na USP, em tempo integral, no diurno.

Esses sentimentos de Luiz tinham duas faces. Se de um lado ele era sensível ao menosprezo, em relação a ele e em relação aos outros, era também, de outro lado, muito sensível às manifestações opostas. Foi ele quem me contou, muito impressionado, o que o próprio Florestan lhe confidenciara. Sabendo Florestan pai de seis filhos em idade escolar e com a aposentadoria da cassação apenas proporcional ao tempo de serviço, inferior, portanto, ao necessário para cumprir suas obrigações familiares, procurou-o em casa o professor Eduardo d'Oliveira França (1917-2003), catedrático de História da Faculdade de Filosofia, que se ofereceu para pagar as despesas da educação de seus filhos. Explicou-lhe que, não tendo filhos (ele e a esposa adotariam duas crianças mais tarde), e tendo meios, podia arcar com essa obrigação. O professor França era um liberal de velho estilo, formal e ético, que frequentemente, na congregação da faculdade, estivera em campo oposto ao de Florestan. Por ser

liberal, era pelos alunos, injusta e levemente, definido como de direita, coisa que efetivamente não era. Mais tarde diretor da Faculdade de Filosofia, o Dops o obrigaria a renunciar, sob pena de prisão. Luiz ficou, também, muito sensibilizado pelo fato de que um funcionário, negro, da Seção do Pessoal da faculdade, quando da cassação, tenha procurado Florestan e lhe comunicado, para tranquilizá-lo, que faria a contagem de seu tempo de serviço por número de dias e não por ano, como era praxe. A aposentadoria compulsória alcançara Florestan alguns dias antes da aquisição do direito à sexta parte, um bônus concedido aos funcionários públicos após completarem vinte anos de serviço. Com os dias adicionais dos anos bissextos, contados desse modo, Florestan alcançou o tempo necessário à obtenção da sexta parte e à melhora de seus proventos, mesmo assim muito aquém da aposentadoria integral.

A sensibilidade ao menosprezo era disseminada entre estudantes e professores de minha geração. Octavio Ianni, de quem fui muito próximo, durante muito tempo, várias vezes se referiu à sua indignação ao tratamento de “italianinho” que recebera na infância, em Itu, sua cidade natal e cidade de brasileiros de velha cepa, uma designação que em vários lugares procurava colocar os filhos do imigrante italiano “em seu lugar”. Ianni era filho de um tripeiro oriundo de Castellabate e ele próprio, na época em que cursava Ciências Sociais na USP, fora tipógrafo, em Osasco. Essa sensibilidade antropológica às questões da diferença social, marcante em Luiz Pereira, em Florestan Fernandes, em Octavio Ianni e em mim mesmo, tem sido própria de pessoas e grupos sociais que experimentaram ascensão social e transição entre posições sociais muito contrastadas.

Marialice Foracchi vivera essa transição de outro modo e desenvolvera a mesma sensibilidade em outra perspectiva, o que a tornou muito próxima de Ianni e de Luiz. Sua mãe era irmã de Octales Marcondes, dono da Companhia Editora Nacional, gente de velhas e ricas famílias do Vale do Paraíba. Seu pai era italiano e fora dono da torrefação do famoso Café Jardim. Ela se lembrava de que muitas vezes toda a família tinha que descer do sobrado em que morava para ajudar, embaixo, no empacotamento de café. Mesmo nesse casamento misto, as linhas de separação social eram duras. Quando Marialice se casou com Mário Foracchi, sua mãe impôs o regime de separação de bens, o que Mário aceitou, como me disse, “numa boa”, porque casava apaixonado. O apaixonado relacionamento entre eles, até o fim, esteve muito acima das miudezas jurídicas de um consórcio socialmente desigual.

Foi de minha turma e foi meu amigo Eduardo de Oliveira e Oliveira, intelectual refinado e culto, mulato, dos meus conhecidos e amigos o que melhor compreendia as gradações e as implicações da diferenciação social naquele estranho e fascinante mundo da Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia, perto da qual morava. Ele era filho de um estivador negro do porto do Rio de Janeiro, que se tornara líder

sindical e, como ele mesmo dizia, pelego do trabalhismo de Vargas. Eduardo tivera a melhor educação que alguém podia receber em sua época no Rio de Janeiro. De vez em quando, seu pai embarcava-o na limusine de seu uso e dava um passeio pelas docas, mostrava-lhe os estivadores que carregavam nas costas pesada sacaria e lhe fazia esta advertência: “Não se esqueça nunca de que o que você é e virá a ser deve a essa negra”. Eduardo não esqueceu. De vez em quando convidava seus amigos negros e vários de nós, que vínhamos “de baixo”, e também alguns professores, artistas e intelectuais para uma mesa de queijos e vinhos finos em seu apartamento para, no estilo das velhas famílias, um sarau de conversação culta. Organizou para negros do bairro da Casa Verde uma escola, para a qual convidava professores da USP, com razão convencido da função emancipadora dessa ressocialização. Escreveu uma peça teatral emblemática, a cuja estreia compareci, sobre as contradições e as armadilhas da ascensão social no meio negro – *E, agora, falamos nós* –, dirigida e apresentada no Teatro do Masp por sua amiga, a atriz Teresa Santos. O título da peça foi inspirado num incidente ocorrido, que presenciei, no prédio de Filosofia e Ciências Sociais, na Cidade Universitária. Eduardo organizara um seminário sobre o negro, numa das salas, para o qual convidara vários professores da Faculdade de Filosofia e vários negros. Uma das professoras, ao terminar sua exposição, que foi a primeira, explicou que precisava se retirar, pois tinha outro compromisso. Ela já estava na soleira da porta quando Eduardo pediu-lhe que voltasse, pois tinha algo importante a dizer. E disse mais ou menos o seguinte: “Nós (negros) passamos séculos ouvindo vocês. Quando chega a hora de falarmos, vocês dizem que não têm tempo para nos ouvir”. Ela ficou muito embaraçada com a interpelação inesperada, desculpou-se, disse que não era nada daquilo e foi embora. Desiludido com o oportunismo e a precedência das aspirações de ascensão social e de branqueamento dos negros que o cercavam no projeto da Casa Verde, Eduardo suicidou-se, deixando-se morrer de fome e sede, trancado em seu apartamento, a alguns passos da velha Faculdade de Filosofia.

Lévi-Strauss notou que na nascente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, cujo alunado ou era originário de famílias relativamente modestas ou de famílias decadentes, “estavam todos minados por um espírito satírico e destruidor...” (1957, p. 104). Essa cultura de algum modo tem persistido na Faculdade de Filosofia. Compreende-se, portanto, a prontidão autodefensiva das pessoas mais sensíveis à discriminação, como Florestan Fernandes e Luiz Pereira, que dela tinham melhor compreensão.]

*Como você descreveria as relações entre Luiz Pereira e Florestan Fernandes? E com os demais assistentes e alunos de Florestan? Como caracterizá-lo dentre os colaboradores da cadeira de Sociologia I? Em que medida essa caracterização o*

*colocava em condição de desvantagem ou de vantagem, habilitando-o para suceder os professores compulsoriamente aposentados em 1969?*

Com as aposentadorias compulsórias de 1969, vários dos docentes que permaneceram tiveram que assumir as responsabilidades pelas tarefas da sucessão dos docentes aposentados, provisória e temporariamente, assim entendíamos, até que houvesse uma anistia política: Marialice Mencarini Foracchi, Luiz Pereira, Leôncio Martins Rodrigues. Com a criação do Departamento de Ciências Sociais, que já estava em andamento antes das cassações, não havia propriamente sucessor, já que não havia as tarefas administrativas próprias da cátedra. A formalização do departamento, com a reforma universitária do tempo em que o professor Miguel Reale foi reitor, redefiniu completamente a estrutura e a organização das antigas cadeiras da área de Ciências Sociais, deixando de haver a dependência administrativa entre os docentes e o catedrático. As referências passaram a ser o chefe do departamento e o Conselho Departamental, em que, supostamente, estávamos todos representados. O tempo indicaria que a democracia departamental, em oposição à autocracia da cátedra, era uma farsa.

Apesar das aposentadorias compulsórias promovidas pela ditadura, com as cassações dos professores, Luiz continuou mantendo contato com o professor Florestan, seja indo com frequência à sua casa, na rua Nebraska, seja lhe telefonando. Fez o mesmo com Octavio Ianni. Nos dois casos, ele supostamente o fazia para ouvi-los quanto a decisões a tomar ou que havia tomado no departamento, a questões relativas ao grupo remanescente da cadeira de Sociologia I e do Cesit, ampliado com os auxiliares de ensino que foram agregados a ele. Mas não tenho a menor indicação de que ambos aceitassem essa interlocução como reconhecimento de que Luiz lhes devesse vassalagem ou que tivessem a expectativa de gerir indiretamente o grupo, por intermédio de Luiz. Por outro lado, quase todos nós alimentávamos a esperança de um retorno mais ou menos rápido dos cassados, o que não aconteceu.

[A expectativa do retorno dos professores cassados, com o tempo, entrou em declínio sem motivo claro. Quando começou a campanha em favor da anistia aos perseguidos políticos e aos cassados e punidos pelo regime militar, a senhora Terezinha Zerbini, líder desse movimento, esposa do general Euryale de Jesus Zerbini, cassado nas primeiras horas do golpe e que, já idoso, se tornara aluno do curso de Filosofia da FFLCH, promoveu um ato pela anistia no prédio de Filosofia e Ciências Sociais, na Cidade Universitária. Dos cassados, compareceu apenas o professor Fernando Henri-

que Cardoso. Dos professores de Sociologia, apenas a professora Maria Helena Oliva Augusto, a professora Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins e eu. Apareceram alguns professores de antropologia e o professor Isaac Nicolau Salum, de Letras, além de uns poucos alunos. Após o discurso duro, da senhora Zerbini, surpresa com a omissão de professores e alunos da faculdade em relação à questão da anistia, tomei a palavra para sublinhar que punidos pela ditadura eram, também, os docentes que ficaram à espera do retorno dos cassados e carregavam em silêncio o fardo do legado e da cruz. O ato foi noticiado, com fotografia, pela *Folha de S. Paulo*.

Quando a anistia, finalmente, saiu, fomos convocados para um encontro com os docentes cassados. Foi uma reunião melancólica, descabidamente burocrática, numa sala de aula. O chefe e o vice-chefe do departamento, sentados à mesa, diante dos professores Florestan Fernandes, Elsa Berquó, do Cebrap e cassada da Faculdade de Saúde Pública, e Paul Singer, da mesma faculdade, também do Cebrap, perguntaram formalmente se os cassados queriam retornar aos quadros da universidade. A lei da anistia preconizava que os afastados do serviço público pela ditadura requeressem o benefício, se o quisessem. Ao que responderam que não tinham interesse. Houve insistência com Florestan, quanto à importância de sua presença na escola para a formação dos alunos. Ele respondeu que o que poderia fazer na faculdade poderia fazer fora da faculdade e o fizera, sem ser convidado, durante o longo período da cassação. Elsa Berquó e Paul Singer, embora não tivessem feito parte dos quadros da Faculdade de Filosofia, também disseram que não tinham interesse no retorno. Optavam pela aposentadoria definitiva. Dei carona a Paul Singer até a paineira, na saída da Cidade Universitária, e creio que contribuí para sensibilizá-lo na reconsideração da opção pela aposentadoria definitiva.

Mais adiante, designados por uma assembleia departamental, José César Gnaccarini e eu fomos conversar com Octavio Ianni, com quem mantivéramos contato muito próximo durante todo o período em que esteve cassado, para convencê-lo a retornar. Com a mesma missão, fomos com Ianni falar com Florestan, em sua casa. Ianni optou pela aposentadoria definitiva, mas aceitou a hipótese de ser contratado pelo departamento, o que o departamento nem considerou, com base no argumento, descabido, de que não era possível contratar aposentado para a mesma vaga que ocupara antes (pois não se tratava da mesma vaga, uma vez que as vagas dos cassados já haviam sido preenchidas). Ianni ainda chegou a dar um ano de curso de pós-graduação na expectativa da contratação. Saiu aborrecido e indevidamente ofendido com os que se empenharam em trazê-lo de volta e não teve a mesma atitude com os que não mexeram uma palha para tê-lo conosco novamente. Confessou-me, no entanto, com amargura, que era evidente que os professores de Sociologia do departamento não queriam o retorno dos cassados. Mais adiante, quando foi aberto um



concurso de professor titular, reuniu os papéis e preparou-se para prestá-lo, mas desistiu quando soube que outra pessoa já se inscrevera. Teria sido a oportunidade legal de sua volta à USP, pois, aprovado em concurso para cargo diverso do que ocupara, não teria a faculdade pretexto administrativo ou legal para não nomeá-lo. Já Florestan insistiu na opção pela aposentadoria definitiva e explicou-nos que tinha plano de entrar na política e que, por isso, já não cogitava um retorno à universidade. Foi com surpresa que, muito depois de seu falecimento, num depoimento de seu filho Florestan Fernandes Jr. à TV Câmara, em fevereiro de 2004, soube que ele desistira do retorno à USP porque, na Faculdade de Filosofia, “os cargos tinham sido ocupados por outros intelectuais, por outros professores”. No fundo, tomou o fato como um veto ao seu retorno à USP e ao retorno de seus antigos assistentes.

Como eu nunca me candidatara à função nem nunca fora membro do conselho departamental e não participava das reuniões departamentais nem dos encontros informais e dos conchavos em que se decidia o destino do departamento e o destino de todos nós, só com o tempo ficou claro para mim que houvera uma segunda cassação dos cassados, posta em prática pela própria Faculdade de Filosofia e até mesmo pelo próprio setor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais, se não na intenção, certamente na indiferença e na omissão. O departamento sequer debateu a atitude a tomar em relação às implicações políticas da colocação em concurso dos cargos dos cassados. O retorno desses professores, e isso era visível, implicaria a completa reordenação do departamento com base no histórico prestígio dos que haviam sido punidos pela ditadura, mas também pelo prestígio intelectual enormemente acrescido, que granjearam durante o período de afastamento, vários com projeção internacional, como Florestan, Fernando Henrique e Ianni, em franco contraste com a provinciana carreira de substitutos involuntários a que o burocratismo da USP condenara os que ficaram. Prestígios presumidos dos que permaneceram, firmados no vazio das cassações, seriam fatalmente revistos, sem contar inevitáveis novas tematizações na pesquisa e no ensino, novos padrões de trabalho científico que nos trariam, induzindo mudanças inovadoras e estimulando amplos reajustes e adaptações na inserção de cada um no ensino e na pesquisa. Um injustificável cenário de injustiças involuntárias desenhava-se, pois vários dos que ficaram também progrediram intelectualmente e davam contribuições significativas em suas respectivas áreas de conhecimento.

Também conversei com Fernando Henrique, num encontro que tive casualmente com ele numa cerimônia na Reitoria da USP, sobre a importância do retorno, já que havia sido outro o docente incumbido de contatá-lo para a insistência na sua volta, e não o tinha procurado. Mas ele me explicou que, como estava ingressando na política, não pretendia solicitar a anistia, cujo pedido teria que ser encaminhado ao

governador do estado. Explicou-me que não pediria anistia a Paulo Maluf. No entanto, dispunha-se a lecionar gratuitamente na faculdade, com os proventos da aposentadoria, disposição generosa em face de terem sido os cassados castigados com vencimentos apenas proporcionais ao tempo de serviço, durante o longo período de seu banimento. De fato, por iniciativa do professor Lúcio Kowarick, arranjos foram feitos para que ele desse um curso no Departamento de Ciência Política, de que fora titular por breves meses entre 1968 e 1969.]

3. Para um artigo sobre o seminário, escrito naquela época por um de seus participantes e seu idealizador, ver Gianotti (1960, pp. 60-72). Antes do erudito seminário sobre *O capital*, reunindo docentes da Faculdade de Filosofia da USP, Gianotti manteve, quando aluno do curso colegial, outro seminário de leitura dessa obra de Marx no Centro Acadêmico do Colégio Estadual Presidente Roosevelt (cf. Gregori, 2009, p. 67). Para um esclarecedor artigo de outro participante, publicado muitos anos depois do seminário encerrado, ver Schwarz (1995, pp. 5-4/5-7). O seminário, aparentemente, cessou em 1961, ou antes, com as teses de doutorado de Fernando Henrique Cardoso (1962) e de Octavio Ianni (1962), cerca de dois anos antes da vinda de Luiz Pereira para a cadeira de Sociologia I.

Desde o momento de sua chegada à cadeira de Sociologia I, Luiz passou a fazer parte do pequeno círculo de docentes com os quais o professor Florestan compartilhava decisões e traçava planos, os que eram, propriamente, os seus assistentes. Apesar de ser um catedrático cioso do poder da cátedra, que era grande, e de nunca ter aberto mão desse poder, Florestan diferenciava-se dos demais catedráticos ao instituir uma espécie de colegialidade em relação a certas decisões. Esse grupo, que se reunia periodicamente, era constituído de seus assistentes: Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Luiz Pereira. Fernando Henrique, que era o braço direito de Florestan, e ocupava o cargo de primeiro assistente, empenhou-se para que Luiz se integrasse rapidamente no esquema de funcionamento e divisão do trabalho da cadeira de Sociologia I, já que era o diretor do Cesit, no qual seria desenvolvido o seu projeto.

*Luiz Pereira teve alguma participação em algum dos muitos seminários e grupos de estudos de O capital? Havia tensões, disputas intelectuais entre Luiz Pereira e os remanescentes do grupo de O capital que fundariam o Cebrap?*

A pergunta baseia-se num equívoco de informação. O grupo de *O capital* era muito anterior à vinda de Luiz Pereira para a cadeira de Sociologia I<sup>3</sup>. Além do que, esse grupo nunca reivindicou uma identidade nem uma posição institucional na faculdade. O seminário não era um seminário da instituição. Houve quem, de seus participantes, estranhasse publicamente a mitificação desse seminário pelas gerações atuais. Eles se reuniam aos sábados, na casa de um deles, informalmente, num ambiente de camaradagem, já que eram amigos de geração e de faculdade, dos tempos de estudantes. Até onde sei, as reuniões do grupo cessaram quando se completou a leitura do livro de Marx e quando Fernando Henrique e Ianni fizeram seus doutorados. Luiz Pereira fez o seu na mesma semana em que eles fizeram os deles, quando ainda era professor em Araraquara e

não circulava, obviamente, no efervescente mundo da cultura acadêmica da rua Maria Antônia. Nessa época, Marx estava bem longe de seu horizonte, como se vê, aliás, na sua dissertação de mestrado e na sua tese de doutorado (cf. Pereira, 1969<sup>4</sup>).

Não houve nenhuma tensão nem disputa entre Luiz Pereira e os participantes do seminário sobre *O capital*, até porque o seminário é de uma época e Luiz, como docente da cadeira de Sociologia I, é de outra. Convém lembrar que Luiz teve grande e decisivo amparo em dois desses antigos participantes do seminário, Marialice Mencarini Foracchi e Octavio Ianni, além do apoio que recebeu de Fernando Henrique no início, até a ida para o exílio. O que houve, uns sete ou oito anos depois de sua vinda para a cadeira de Florestan, foi a recusa de Luiz Pereira de apoiar o Cebrap, que tinha entre seus fundadores alguns dos cassados, que também participaram do seminário.

[Eu arriscaria, sem muita convicção, na questão da suposta distância entre Luiz Pereira e o primeiro grupo de leitura de *O capital* quanto à linha de compreensão da obra de Marx, propor a hipótese de um desinteresse de Luiz pela linha interpretativa que fora adotada nessa leitura e que já se expressava nas obras de seus participantes, o que não quer dizer desinteresse pela leitura de Marx, como se veria. Era um modo de manter identidade. Nessa questão, destacava-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara o professor Fausto Castilho, de Filosofia, colega de Luiz, cujo pensamento estava numa relação antagônica ao do professor José Arthur Gianotti que, na USP, definira a linha do seminário sobre *O capital*. A tensão, portanto, existia, mas era de outra natureza, entre escolas de interpretação, e não envolvia diretamente Luiz Pereira. Uma pesquisa comparativa entre as duas tendências interpretativas, combinada com uma análise de conteúdo da obra de Luiz Pereira, poderia indicar o quanto essa polarização se refletiu, ou não, na concepção de dialética que nela prevaleceu, mesmo na relativamente cautelosa incorporação que fez de Althusser. Sartre, acompanhado de Simone de Beauvoir, quando de sua vinda ao Brasil, em 1960, decidiu ir a Araraquara justamente para, numa conferência, responder a uma questão filosófica relativa à dialética, que em carta lhe propusera Fausto Castilho, concluída com a pergunta: “Em suma, é possível superar a Filosofia sem realizá-la?” (cf. Sartre, 2005, p. 23). A ida de Sartre a Araraquara foi, sem dúvida, um triunfo de Castilho. Mas a influência que o seminário sobre *O capital* teve sobre a obra dos jovens sociólogos e historiadores da USP foi um triunfo de Gianotti.]

Nessa linha, ele seguiu Florestan, que, embora convidado por Fernando Henrique, não quis fazer parte do Cebrap (como, aliás, inicialmente,

4. Este livro teve uma primeira edição na coleção de boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

o próprio Octavio Ianni), alegando que pretendia continuar atuando como professor em instituição universitária. Florestan se exiliaria no Canadá, como professor na Universidade de Toronto. Luiz, claramente, temia contrariar o professor Florestan. E Florestan, aparentemente, tinha dificuldade para aceitar a reordenação hierárquica que, em relação à sua antiga posição de catedrático, o Cebrap representava. Ele já ficara aborrecido com a quase destruição da Faculdade de Filosofia pelo movimento estudantil de 1968, que era um movimento contra a cátedra, o que incluía a sua, recém-conquistada. O que sobrara teve na ação de Fernando Henrique e de outros docentes que com ele se alinharam a providência salvadora que, com a criação de um Departamento de Ciências Sociais, informal, agregara as cátedras e reunira forças para retomar as atividades de docência e pesquisa. Foi ele que conseguiu a rápida construção dos barracões na Cidade Universitária, que abrigariam esse novo departamento e o Departamento de Filosofia. Fernando Henrique voltara do exílio aí pelo final de 1967, creio, e reassumira suas funções na universidade. A própria estrutura espacial das novas instalações já indicava a superação da cátedra como instituição dirigente e de poder. Na verdade, com essa providência modernizadora, poder e autoridade, inerentes à cátedra, ficavam separados. O fato de que Fernando Henrique tenha sido eleito diretor do novo departamento (sem o que, aliás, o departamento não teria sido constituído), e não Florestan, afetou muito o professor Florestan, no que lhe pareceu agudo episódio da crise de gerações e a própria morte da figura do pai, como sugeriu num de seus textos posteriores, sem mencionar especificamente o episódio.

[Octavio Ianni, que conversou muito comigo sobre a opção a fazer, dividido que estava, acabou seguindo o conselho de José Albertino Rodrigues e aceitou seu convite para trabalhar no setor de pesquisas sociais da Hidroservice. Só se decidiria pelo Cebrap depois, por insistente convite de Fernando Henrique Cardoso, quando percebeu que a opção pela Hidroservice implicava a renúncia à condição de pesquisador de temas propriamente científicos. Nesse caso, para ele, a sociologia se tornaria um bico. Ianni relutou sobretudo porque temia a impossibilidade de ter um emprego estável, já que aos cassados estava vedado o acesso ao magistério superior em universidade pública. No dia 12 de fevereiro de 1969, cerca de dois meses antes das cassações, escreveu-me da Universidade de Oxford: “Martins, creio que em fevereiro saiu ou sairá a tal lista. Saindo algo a meu respeito, converse com a Éline e mande-me um telegrama, via Western. Pode ser sumário: demitido. Creio que pode haver cassação

ou aposentadoria. Em qualquer caso ‘demitido’ significa que preciso procurar emprego. E fazer minhas economias multiplicarem. [...] Às vezes penso que não haverá nada especial comigo ou Florestan. Mas a escassez de informações torna mais difícil avaliar a coisa. [...] Em qualquer caso, é importante me mandarem imediatamente a publicação de nomes da faculdade, a página do jornal, via aérea”.]

*Como Luiz Pereira via o encaminhamento da reforma universitária?*

Não tenho a menor ideia. A reforma foi imposta, veio de cima para baixo. No âmbito dos próprios docentes, o encaminhamento foi só administrativo. Os docentes puderam apenas optar pelo departamento a que queriam agregar-se e trabalhar em conjunto para “formatar” o novo Departamento de Ciências Sociais. Somente as unidades desagregadas da velha Faculdade de Filosofia puderam definir um perfil próprio, atualizado e moderno. Embora a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em consequência da desagregação, fosse de fato uma nova unidade, os docentes que tinham poder na congregação e nos departamentos não compreenderam desse modo a mudança, o que implicou fazer da FFLCH uma unidade residual mutilada, defeito que a marca até hoje, impedindo sua modernização e dificultando sua conversão numa escola ágil e criativa. Além do que, criar uma nova unidade com o nome de Faculdade de Filosofia, com o pessoal docente e administrativo que vinha da velha escola, parece ter sido entendido como um fechamento definitivo das portas da USP aos docentes cassados, caso houvesse a anistia e retornassem. O que não impediu, aliás, que os cargos vagos com as cassações fossem postos em concurso e fossem ocupados.

Tudo, na escola, ocorreu em meio a uma grande inércia, atenuada apenas por nossa típica pendência para as assembleias, em que se discute muito e se resolve pouco. Luiz Pereira nem mesmo se empenhou em salvar o Cesit, que ele dirigira e que foi extinto com a reforma. O que se compreende: o grupo original de Florestan Fernandes estava reduzido a poucas pessoas. A permanência do Cesit teria dispersado ainda mais o grupo e inviabilizado a sua continuidade. Aquele era um momento de reunir forças e não de dispersá-las. Mas foi também um momento de perdas institucionais significativas para o grupo remanescente da cadeira de Florestan Fernandes.

*O que dizer de sua atuação como primeiro presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo? Como se deu o processo de sua eleição?*

Sei muito pouco sobre isso, já que participei de uma única e inicial reunião de fundação da entidade. Lembro que houve problemas decorrentes do espírito corporativo muito forte dos sociólogos que não estavam vinculados às universidades, muito preocupados em preservar privilégios corporativos e assegurar empregos, na linha que vinha dos debates de estudantes da década de 1960, da regulamentação da profissão. Na hora de eleger a diretoria, Luiz Pereira era francamente o candidato favorito à presidência, em boa parte porque ele simbolizava o grupo de Florestan. Mas o estatuto aprovado minutos antes dizia que só podia fazer parte da diretoria quem fosse diplomado em Ciências Sociais ou Sociologia e Política. Não era o caso dele. Remendaram, então, o estatuto, na hora, para habilitar quem tivesse mestrado ou doutorado em Sociologia, e ele foi eleito.

Apenas de ouvir dizer, sei que ele se empenhou muito para consolidar a associação, até porque ela poderia ter um papel político na anistia e no retorno dos professores cassados à universidade. Papel que, ao que parece, ela acabou não tendo, quando ele já não era o presidente, porque as coisas fluíram por outras vias, na anistia vinda de cima para baixo. A associação poderia ter pesado na decisão dos cassados de aceitarem ou não a anistia, e não pesou: os do grupo de Florestan a recusaram e optaram pela aposentadoria definitiva, como disse antes.

*A propósito de Luiz Pereira, é cabível falar da presença de um “ecletismo bem temperado”?*

Luiz Pereira foi, inicialmente, um competente funcionalista, na linha do rico funcionalismo de Florestan Fernandes. Quando fez o doutorado, percebeu que havia um debate sério sobre a obra de Marx nos meios acadêmicos. Leu vulgarizadores de Marx que eram de moda para construir uma pauta de reeducação teórica. E depois leu *O capital*, de Marx, leu Poulantzas, leu Althusser. Seguiu um roteiro oposto ao roteiro que fora seguido pelo grupo de *O capital* e diferente do roteiro de Florestan Fernandes. Aí é importante você comparar a obra dos diferentes autores, vinculados à cadeira de Sociologia I, para compreender em que consistia a diferença.

Aquele era um momento, em todas as partes, de diálogo entre as sociologias. Marx começava a ser admitido como sociólogo (e Florestan contribuía de forma pioneira e decisiva para isso, ele fora mundialmente pioneiro), mas havia consciência profissional de que a sociologia de Marx tinha insuficiências ante a indiscutível riqueza das outras sociologias, coisa que, aliás, Flores-

tan já havia assinalado num de seus textos<sup>5</sup>. O chamado ecletismo, que não existiu, pois era uma busca teórica e não uma colagem de ideias sociológicas, foi o tom dominante da sociologia em todas as partes. Luiz Pereira representou uma das tentativas de contribuição pessoal para esse diálogo<sup>6</sup>.

*Como situá-lo no cenário da sociologia brasileira em geral e qual o lugar a ele reservado na história da “escola paulista de sociologia”, em particular?*

Florestan dizia, com razão, que não havia uma “escola paulista de sociologia”. Esse rótulo veio de fora e mencioná-lo virou moda bem depois das cassações, numa espécie de nostalgia de um passado imaginário. Essa é uma designação que, desconfio, tem por objetivo confinar a sociologia do grupo da USP e evitar o confronto de consistência com outras sociologias. Uma sociologia com a qual nem conviria dialogar, porque enraizada nas singularidades da sociedade brasileira e que estaria aquém do pretense universalismo da sociologia de supostas sumidades dos países dominantes. De certo modo, a obra de Luiz Pereira, como a de outros autores, também por isso, caiu no esquecimento. O mesmo aconteceu com a obra de Marialice Mençarini Foracchi. Em nossas ciências sociais, aqui no Brasil, mais por ignorância do que por intenção, não temos a tradição da continuidade como referência do pensamento sociológico crítico, que fica, assim, mutilado. A ditadura foi fator de uma ruptura que se firmou e consolidou. Nossa sociologia de hoje, fragmentária, estrangeira e sem tradição, é a principal expressão da devastação de ideias que a ditadura nos impôs. Além do que, de certo modo, a sociologia brasileira tornou-se em boa parte “brasileira” e não se livrou dos efeitos da ditadura até agora.

[As próprias obras de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni sobre cor e raça (e também a de Oracy Nogueira) foram deixadas de lado no debate mais recente e nos cursos de Sociologia menos sensíveis à enorme relevância de seus livros sobre o assunto, o que é bem indicativo da nossa indigência intelectual e de um perigoso sectarismo ideológico que alcança as universidades e até mesmo aqueles que se dizem, indevidamente aliás, seguidores políticos de Florestan Fernandes e defensores de sua biografia e de sua obra.

Após as cassações, foi se tornando moda, no país inteiro, uma sociologia dependente, adjetiva, numa ruptura quase radical com a sociologia brasileira, que era uma sociologia do diálogo com os grandes autores, mas ciosa da sua originalidade, decorrente das singularidades da sociedade brasileira. O pensamento dos sociólogos brasi-

5. Num artigo de 1947, de embate com ideias do sociólogo Luiz da Costa Pinto, seu amigo do Rio de Janeiro, republicado sem retificações em 1960, sobre “O problema do método na investigação sociológica”, diz Florestan Fernandes: “A história da Sociologia não se reduz à história do marxismo; e também é algo duvidoso que a parte da história da Sociologia que se distingue da história do marxismo possa ser indicada com suficiente clareza pela expressão ‘Sociologia acadêmica’” (Fernandes, 1960b, p. 411).

6. Inspirado, aliás, em Florestan Fernandes, que, ao questionar a crítica de Costa Pinto ao ecletismo não intencional de autores de referência da Sociologia da época, apoiados no materialismo histórico e no que chamava de “sociologia acadêmica”, sublinha “o significado positivo dessas ‘crises de conciliação’”. Nessa obra, Florestan ressalta a conciliação na perspectiva de uma Sociologia do conhecimento e não na de uma Sociologia propriamente

eclética (cf. Fernandes, 1960b, pp. 411-412).

leiros de então se expressara nas primeiras reuniões da Sociedade Brasileira de Sociologia. Como disse Florestan Fernandes: “Na medida em que o nosso trabalho cresceu, nós tivemos de enfrentar os dilemas de construir uma teoria sociológica original, adaptada à situação brasileira” (Fernandes, 1978, p. 28). Embora essa sociologia tenha sobrevivido residualmente (e eu mesmo me identifico com ela), difundiu-se entre nós uma sociologia colonizada, de “direita” e de “esquerda”, desprovida de inquietações mais profundas com as singularidades desta sociedade, uma sociologia atemporal e atópica. O abandono do interesse pelo possível e pelo propriamente histórico se reflete nessa nova sociologia, de que no geral estão ausentes o sentido de nação e o sentido de destino. A Florestan eram caras duas ideias de Hans Freyer, hoje ausentes: a sociologia é a consciência científica da sociedade e “só vê algo sociologicamente quem quer algo socialmente”.]

No caso do silêncio sobre a obra de Luiz Pereira, há que considerar, ainda, que as obras sobre a escola saíram de moda e ele praticamente não deixou seguidores, sobretudo porque não é obra marxista, num momento em que não ser marxista é considerado praticamente um defeito de caráter. Seu pequeno artigo sobre “Mulher e trabalho” pode ser visto como um artigo pioneiro e seminal (cf. Pereira, 1960)<sup>7</sup>. Luiz praticamente inaugurou no Brasil os estudos sociológicos sobre a condição feminina, mas ele mesmo não deu continuidade a essa linha de pesquisa e estudo, a única que vinga até hoje. Nem seus alunos foram adiante nesse tema. Seus estudos sobre marginalidade não eram pioneiros, mas tinham certa e interessante originalidade que, juntamente com o pequeno e criativo (e último!) estudo de Marialice Mencarini Foracchi sobre o tema, influenciaram alguns autores e meus dois livros sobre exclusão social.

[Refiro-me ao texto “A noção de ‘participação-exclusão’ no estudo das populações marginais”, de um projeto de pesquisa concluído em 4 de janeiro de 1972 e apresentado como relatório final à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Esse texto era também o esboço da comunicação que Marialice modestamente inscrevera, como se fosse uma estudante de pós-graduação, apesar de seu renome e de sua competência, para apresentar na XXIV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em São Paulo. Marialice faleceu alguns dias antes da apresentação do trabalho, que fiz em seu nome. Embora viesse se dedicando ao tema e fosse uma pioneira e competente pesquisadora no campo da sociologia dos movimentos sociais (ver suas teses de doutorado e de livre-docência, *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, 1965, e *A juventude na sociedade moderna*, 1972),

7. “Mulher e trabalho” é o tema mais amplo de referência da tese de doutorado de Luiz Pereira.



não fora convidada para participar do debate desse tema na reunião, ainda que vários de seus alunos tivessem sido<sup>8</sup>.]

Mas Luiz Pereira fez bem em oferecer uma contribuição pessoal ao debate sobre o tema, muito intenso na época, a respeito do qual escreveram vários autores, sobretudo porque marginalidade era conceito que esbarrava nas diferentes concepções marxistas de classe social. Foi o único de seus temas situado, propriamente, no corpo de um debate. A sociologia do desenvolvimento, com a qual trabalhou mais intensamente, entrou em declínio diante dos estudos sobre dependência e, principalmente, da crise e do perecimento do nacional-desenvolvimentismo. Os discípulos de Luiz Pereira não deram continuidade à sua obra nem se interessaram em divulgá-la. Isso terá que acontecer quando alguém resolver, a sério, fazer um balanço teórico da obra do grupo de São Paulo e da história da crise do pensamento sociológico no Brasil.

*É correto atribuir o relativo esquecimento da sua obra e de sua figura apenas às questões de ordem geracionais ou suas contribuições foram assimiladas e superadas pela própria evolução e desenvolvimento da disciplina sociológica no país? Seus livros eram lidos? Então, por que deixaram de constar na bibliografia de cursos ou de pesquisas sobre temas afins (por exemplo, marginalidade, trabalho e educação, condições da participação da mulher no mercado de trabalho, discussão teórica acerca do materialismo histórico etc.)?*

As grandes transformações sociais e políticas do Brasil e da América Latina nestes quarenta anos tornaram boa parte da nossa reflexão sociológica daquela época relativamente ultrapassada.

[Faço essa afirmação na perspectiva do que se poderia definir como uma história das mentalidades. Na mudança de mentalidade, entre os anos de 1960 e os dias de hoje, esta sociedade tornou-se muito menos indagadora em relação ao que era, agora cheia de certezas políticas falsamente definitivas num cenário de incertezas sociais e históricas. Aquela sociologia, supostamente ultrapassada, particularmente a do grupo de São Paulo, está construída sobre indagações teóricas profundas, universais e permanentes, como é próprio da ciência, sobre as singularidades da sociedade brasileira e seus dilemas históricos. O acerto e a validade dessa orientação crescem à medida que nos afundamos no milenarismo político, pretensamente de esquerda, que assegura o conformismo necessário à obtenção de espantosos índices de êxito econômico com espantosos índices de pobreza.]

8. O texto de Marialice está na antologia de seus pequenos trabalhos, que organizei após sua morte (cf. Foracchi, 1982, pp. 11-17).

Mas isso é próprio da sociologia em todas as partes. Nos Estados Unidos, a sociologia de Parsons tornou-se obsoleta, apesar de sua relevância teórica e do impacto no conhecimento sociológico de sua época. Parsons, aliás, influenciou bem menos do que vários de seus contemporâneos. O fato de Luiz Pereira ter morrido cedo contribuiu de maneira decisiva para que não estivesse presente, acompanhando e contribuindo, na redefinição dos temas sociológicos e no debate, na reproposição e na atualização de sua própria obra e seus potenciais desdobramentos. Algo que nos países sérios é feito pelos discípulos.

*Teria sido Luiz Pereira vitimado pelo espírito de competição aberta patrocinado por Florestan Fernandes ao longo do processo de seleção de seus colaboradores? Em outras palavras, o apego e a lealdade que devotava ao legado de Florestan não teria conduzido à saturação do eclético padrão de trabalho científico propugnado pelo último catedrático da Sociologia I em meio ao processo de diversificação do próprio campo intelectual? Em que medida essa orientação não aprofundou o isolamento real ou a sensação imaginária dele que atingiu Luiz Pereira?*

Luiz Pereira não foi vítima de coisa alguma. Por que haveria de ser vítima? Na época, todos tínhamos um único e poderoso adversário, a ditadura militar, que criou reiterados problemas nas universidades. Nem todos compreenderam isso e nem sempre a reação a ela foi a mesma. A promoção da competição por Florestan entre seus assistentes é ficção. O que havia de fato é que Florestan era bem diferente dos atuais orientadores de tese, dos quais não raro se espera que “deem papinha na boca” do orientando. Florestan tinha especial sensibilidade para reconhecer traços individuais de personalidade, competências individuais nas quais apostava, deixando a alunos e assistentes a responsabilidade por desenvolvê-las. Atuava como interlocutor e dialogava criticamente no território da opção do aluno e do assistente. Não me lembro dele jogando um contra o outro. Se o fizesse, teria destruído seu próprio grupo.

Luiz Pereira foi muito protegido por Florestan Fernandes, após as cassações. Com razão. Luiz era tímido e gostava do isolamento, o que o atrapalhava. O que ele fez pela Sociologia na USP, fez como guardião de um legado. Pôs entre parênteses conflitos pessoais, generosamente, em nome da missão que recebeu de preservar o grupo, na medida do possível. Na noite das cassações, em reunião na casa de Florestan, foi decidido, e a opinião de Florestan foi nisso decisiva, que os docentes remanescentes não se

demitiriam em solidariedade aos cassados, para não se cometer o erro já cometido por um grupo grande de docentes da Universidade de Brasília, quando lá houve problema semelhante. Ficariam, para preservar a obra de muitos anos e de várias gerações.

Essa história de um Florestan patrocinador de competição entre seus assistentes tem muito de lenda. Os acadêmicos são no geral muito competitivos, com Florestan ou sem ele. O grupo de Florestan não era diferente. Justamente por isso, não raro, ele interferia para evitar que a competição acabasse afetando o grupo. O seu projeto “Economia e sociedade no Brasil”, um projeto que pressupunha divisão do trabalho e convergência de resultados das pesquisas, era em si mesmo negação dessa competição.

É verdade que a lealdade de Luiz Pereira ao legado de Florestan, muito proclamada por pessoas que têm outros interesses no assunto, de certo modo “amarrou” Luiz Pereira, bloqueou-o. Mas o Florestan dessa lealdade era um Florestan imaginário. O próprio Florestan não permaneceu fiel ao seu legado, o que não é surpresa, uma vez que um de seus ensinamentos foi em favor da compreensão de que o conhecimento sociológico é expressão da dinâmica da sociedade. A sociedade mudou muito, e já estava mudando rapidamente, quando das cassações. A obra de Florestan sofre uma guinada, claramente presente na fratura que separa o começo e o fim de *A revolução burguesa no Brasil*<sup>9</sup>. Já a obra de Luiz Pereira não sofre propriamente inflexão teórica, apenas uma inflexão temática no meio de uma pesquisa em andamento, como se vê em seu livro *Trabalho e desenvolvimento no Brasil* (1965).

[Um problema na relação de Luiz Pereira com vários de nós era quanto à concepção de “legado da cadeira de Sociologia I”, que ele entendia de um modo, Florestan Fernandes entendia de outro e cada um de nós entendia de um jeito. Para Luiz o legado parecia incluir a preservação corporativa tanto do grupo que originalmente estivera ligado a Florestan na universidade como das pessoas que ele mesmo reunira ao seu redor. A partir das cassações, em nenhum momento Florestan manifestou-se sobre a preservação institucional, como núcleo de poder e de diferença no interior da Faculdade de Filosofia, do que foram a cadeira de Sociologia I e o Cesit. Sua posterior desapontadora recusa da anistia confirmou que aos poucos ele se distanciara de qualquer ideia de “seu grupo” como instituição. O “grupo de Florestan” está significativamente identificado na dedicatória de seu livro *A revolução burguesa no Brasil* e são aqueles para cuja formação ele contribuiu diretamente.

Florestan tinha especial preocupação com os ex-alunos, tanto os que recrutara como assistentes para sua própria cadeira de Sociologia, como com os que indicara

9. As razões da fratura estão expostas pelo próprio autor, ver Fernandes (2006, pp. 9-10).

para outras escolas superiores e universidades, como Luiz Pereira, indicado para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, e Perseu Abramo e José César Gnaccarini, indicados para a Universidade Nacional de Brasília, fundada por Darcy Ribeiro, que era amigo de Florestan. Gnaccarini seria um dos primeiros demitidos, quando houve a ocupação militar daquela universidade, logo após o golpe de 1964. Abramo também deixaria a universidade (cf. Abramo, 1964). Ele seria provisoriamente acolhido por Florestan, até que se definisse sua ida para a Universidade da Bahia, a convite do professor Thales de Azevedo. Quanto a Gnaccarini, Florestan conseguiu-lhe, junto ao professor Warwick Kerr, que era o diretor científico da Fapesp e que fora preso nos primeiros dias do golpe militar, uma bolsa de pesquisa. Pediu ao professor Érico da Rocha Nobre, seu amigo, admirador de Max Weber, catedrático de Economia e Sociologia na Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, da USP, em Piracicaba, para acolhê-lo, o que o deixaria mais protegido do que na rua Maria Antônia. Um dia de manhã, sem maior preâmbulo, Florestan convidou Ianni e a mim, e também um aluno, Ferrinho, sobrinho do professor Mário Guimarães Ferri, a acompanhá-lo até Piracicaba, para uma visita a Gnaccarini. Ele estava preocupado com a situação do antigo aluno. A visita seria também de agradecimento ao professor Nobre, pelo acolhimento a José César. Era um modo de estender seu prestígio pessoal a Gnaccarini, que ficaria associado a essa enorme e generosa deferência para que pudesse continuar sua vida de pesquisador. O catedrático foi surpreendido no meio de uma aula e ficou desvanecido com a visita. Pediu, então, a Florestan que desse uma aula magna de improviso, o que Florestan fez com erudição e competência, para assombro de todos os presentes, e de nós mesmos que o conhecíamos e acompanhávamos. Tomou como mote a própria aula que o professor estava dando, à vista de algumas palavras escritas na lousa.

Para mim, o legado de Florestan é o dessa generosidade, que não se reproduziu na escola com as cassações. Era e é o legado intelectual, a contribuição teórica complexa, as problematizações abertas e inacabadas, porque interrompidas, que ofereciam pistas de continuidade de uma reflexão interpretativa profunda sobre o Brasil e a sociedade contemporânea. Não era o que terminava, mas o que poderia continuar e continuava. Em 1978, quando se realizou um concurso compulsório de efetivação dos docentes de Sociologia no Departamento de Ciências Sociais, alguns deles contratados há muitos anos, como eu, admitido em 1965, as tensões surgidas mostraram que falava e reivindicava como grupo de Florestan Fernandes o que se tornara, na verdade, o grupo de Luiz Pereira, já distante de Florestan e sua obra. Mais tarde, alguém dirá e disseminará que havia e há dois Florestans, o que, traduzido em dialeto ideológico, quer dizer o Florestan “de esquerda” e o Florestan acadêmico, o que vai frontalmente contra as ideias que Florestan defendera, em particular no debate com Costa Pinto, já citado.

Por aí, tem havido considerável empenho em desconstruir a obra do sociólogo através do filtro da ideologia do deputado e político, como se ele, ao se tornar político, tivesse renunciado à condição de sociólogo. Traduzido na linguagem das conveniências pessoais, quer dizer o Florestan do suposto grupo de Luiz e o Florestan do grupo por ele mesmo identificado. Como faziam os autoritários burocratas da nomenclatura soviética, aqui também se apagam nomes, se inventam relações e lealdades e se sataniza quem não se submeteu a tramas e ajustes dessas conveniências. É inacreditável que haja quem venha agora, em relação a Florestan Fernandes, com a ideia do “esqueçam o que ele escreveu” antes que radicalizasse suas posições político-ideológicas em função de seu compreensível engajamento político-partidário. Numa sociedade dinâmica e rica em sua diversidade, como esta, esse retoque mistificador da figura pública de Florestan Fernandes é reducionista. Em cada momento de sua biografia, e até mesmo a partir da criativa interação com seus assistentes e suas respectivas originalidades, ele foi sensível aos novos e diferentes aspectos da realidade social que se propunham à compreensão do sociólogo à medida que a sociedade se transformava, e reagiu ante cada um produzindo interpretações e refinando orientações metodológicas que constituem o marco da diversidade teórica de sua obra.]

*Em várias menções sobre Luiz Pereira parecem predominar o reconhecimento do desempenho do papel de professor sobre o de pesquisador. Pergunto: Luiz não chegou a produzir conhecimento original que mereça seu reconhecimento também como pesquisador? Qual o legado que fica de suas ideias ou então por que lê-lo hoje? O que permanece de atual e o que já se pode considerar datado em suas reflexões?*

De fato, Luiz Pereira foi mais professor do que pesquisador. Ele era um professor apaixonado pela profissão, reflexo, sem dúvida, de sua formação em pedagogia e do fato de que fora professor primário em Santo André. Mas ele sabia arquitetar pesquisas de campo, minucioso e lógico, com certa tendência ao quantitativo. Ele sabia o que queria saber e o que deveria perguntar. Não sabia executá-las se fossem além do artesanato intelectual, que era uma das grandes características da sociologia do grupo de Florestan. A pesquisa sobre “A qualificação da mão de obra na empresa industrial” baseava-se numa amostra ampla, três setores industriais (têxtil, marcenaria e mecânica), e, em cada um, empresas grandes, médias e pequenas. Nove empresas no total. Não só as empresas foram escolhidas em amostra randômica como, a partir de listagens de mestres, contramestres e operários, obtidas nas empresas, os entrevistados foram escolhidos por amostragem. Era um trabalho enorme, que fiz sozinho para ele.

[Os recursos financeiros de que Luiz Pereira dispunha para realização das entrevistas esgotaram-se antes que fossem todas realizadas, pois os outros dois entrevistadores receberam a bolsa mas não foram mobilizados para fazer as entrevistas nem o procuraram para se inteirar do que deles era esperado. Temeroso de ferir patrocínios, Luiz não os convocou. Em consequência, teve que solicitar à Fapesp um auxílio financeiro específico para a realização das entrevistas faltantes, feitas por alunos de graduação. Coube-me recrutar, treinar e orientar vários deles<sup>10</sup>.]

10. Uma referência incompleta às condições de realização das entrevistas encontra-se em Pereira (1965, p. 26 nota).

Na fase de preparação do trabalho de campo e de visita às fábricas, ele não foi uma única vez a nenhuma delas. Quando comecei as entrevistas, que se estenderam por cerca de dois anos, ele foi uma só vez comigo ao campo, para uma entrevista. Ficava impaciente, queria respostas “teóricas”, que confirmassem ou não suas hipóteses. Não tinha a paciência nem a visão antropológicas que se precisa num trabalho assim, para encarar o entrevistado como intérprete primário da realidade social e não como mero autor de respostas classificadas. Em consequência, acabei me dando conta de que ele não lia as entrevistas maçudas que lhe entregava: fazia uma longa entrevista comigo durante o almoço, todos os dias, de modo que eu traduzia as respostas obtidas no campo para as indagações que me apresentava diariamente. Isso ajuda a entender por que ele optou pelo ensaio sociológico e não pelo positivismo das análises de dados. Apenas quando da redação do capítulo correspondente à pesquisa, em sua tese de livre-docência, ele foi ler as trabalhosas entrevistas que eu havia feito. Foi quando, só então, começou a me fazer perguntas sobre minha caligrafia, ao ter dificuldade para compreender o que eu havia escrito.

Pessoalmente, acho que Luiz Pereira não deixou um legado propriamente teórico, até porque ele estava muito ocupado administrando a herança intelectual de Florestan e do grupo da antiga cadeira de Sociologia I, que se manteve como grupo informal no interior do formal Departamento de Ciências Sociais. Mas seus trabalhos não só podem como devem ser lidos, em conjunto com outros da mesma geração, como robustos documentos da sociologia brasileira daquela época, os dilemas interpretativos propostos por uma transição social e política rápida e violenta. Gosto do pequeno texto sobre “Mulher e trabalho”, que já mencionei, assim como de suas reflexões teóricas e criativas sobre marginalidade, que seriam muito úteis hoje, sobretudo para os que afundaram nas bobagens da concepção de exclusão social. Foi Luiz quem propôs que nos preocupássemos com a exclusão como exclusão integrativa, uma ideia que abre pistas e fica de pé até hoje.

Os “deveres impossíveis” que recaíram sobre Luiz Pereira

*Florestan Fernandes fala que sobre Luiz Pereira recaíram “deveres impossíveis” na direção da “preservação da unidade do pequeno grupo de professores a que pertencia”, pois seu temperamento retraído e altruísta não se casava bem com os papéis que devia desempenhar, “[...] travou com coragem exemplar os seus combates e esses combates não eram dele e por ele”, e assim, nesse processo, “soube fazer e resguardar aliados preciosos, perdeu outros e perdeu-se ele próprio na terrível selva dourada da vida acadêmica” (“Luta em surdina”, Folha de S. Paulo, 24/7/1985). Que combates eram estes? O que dizer acerca destes papéis, combates e aliados resguardados e perdidos? Em que medida os possíveis “desajustes” devem ser atribuídos ao temperamento de Luiz Pereira ou à concomitância daquilo que o mesmo Florestan chamava de crise da USP e do poder burguês?*

O professor Florestan foi muito generoso com Luiz Pereira, nessa elegia, como não poderia deixar de ser e como era próprio dele. Ele acompanhou como professor e orientador os sofrimentos de Luiz Pereira para administrar o legado da antiga cadeira de Sociologia I.

[Nunca tive evidências minimamente sérias, porém, de que o professor Florestan tenha sido convertido por Luiz Pereira em seu “confessor” e “diretor político” quanto ao que fazer e como fazer com o grupo que se congregava em torno de Luiz, como sugerem os que, usando esse recurso, insinuam que as decisões de Luiz em relação ao grupo (o que, em consequência, incluiria erros e acertos) eram expressas manifestações da vontade de Florestan e não eram, portanto, do próprio Luiz Pereira. Esse tem sido o pretexto para difundir a suposição de que questionar decisões de Luiz e delas discordar teriam constituído atos de ruptura com o legado do próprio Florestan Fernandes, o que não combina com a integridade, a cultura e a inteligência do velho professor, que nunca precisou de prepostos para se manifestar e que após as cassações manteve postura discretíssima em relação ao que se fazia ou se deixava de fazer na Faculdade de Filosofia.]

Luiz se propôs essa tarefa como missão e calvário, em boa parte para não desapontar Florestan. Cometeu o erro, por timidez, de não assumir que as cassações não haviam paralisado a história e, sobretudo, não haviam paralisado a sociologia. Logo que Fernando Henrique teve que sair do Brasil, em 1964, porque foi o primeiro dos assistentes de Florestan a ser procurado por agentes do Dops, que vieram para prendê-lo, Luiz foi designado para dirigir

o Cesit, anexo à cadeira de Sociologia I. Ele mesmo dizia que assumira o encargo até que Fernando Henrique voltasse. Ora, estávamos no começo da ditadura, cada dia mais agressiva, e não havia nenhum sinal no horizonte de que o processo seria revertido no curto prazo. Com isso, a instituição ficou bloqueada e perdeu completamente a dinâmica que tivera anteriormente. Luiz ficou intimidado com o encargo. Cada um de nós deu continuidade à sua própria pesquisa de mestrado ou doutorado e ficamos nisso. Por conta de sua timidez, Luiz, em nome do que supunha ser a herança que lhe cabia proteger e administrar, como efetivamente o fez, começou, involuntariamente, a bloquear os outros e a incomodar-se com voos pessoais. Ele radicalizou essa postura quando houve as cassações de 1969, atemorizado com a possibilidade de que a herança intelectual do professor Florestan fosse desfigurada e ele ficasse em situação adversa quando tivesse que prestar contas do legado recebido. Em relação a todos nós, usava, frequentemente, uma expressão ruim no caso, muito usada na roça, mas muito significativa, para definir seu papel, quando lhe cobravam iniciativas e inovações: “Eu?! Banana, macaco! Não sou o dono da porcada”.

As coisas ficaram difíceis para todos nós porque Luiz, com a doença e a morte de Marialice Mencarini Foracchi, começou a agir como se fosse intermediário do professor Florestan, o que efetivamente não era, nem Florestan o desejava. Nele, essa postura era autodefensiva. Vários de nós tinham contatos pessoais regulares com o professor Florestan. Eu tinha contatos com ele, que foram até frequentes, nos anos de publicação da revista *Debate & Crítica* (que se chamou, depois, *Contexto*), de 1973 a 1978, de cuja direção éramos membros; revistas que, sucessivamente, foram pontos de aglutinação entre docentes cassados e docentes não cassados. Luiz foi colaborador da revista e só lateralmente dela participou. Florestan nunca sugeriu que Luiz devesse ter nela outro papel. A revista era uma iniciativa de Jaime Pinsky e as reuniões se realizavam em sua casa. Além disso, ele nunca mandou recado para ninguém nem jamais disse que os que ficaram na universidade deveriam fazer isto ou aquilo. Dessa convivência nasceria uma grande amizade entre Florestan e Pinsky, que se tornaria seu confidente.

Luiz imaginava o que seria o legado e quais seriam suas decorrentes e supostas obrigações, e nisso se desencontrou com vários de nós. Tive diversas indicações de que ele ficara muito amolado com a proposta de curso de Introdução à Sociologia, de Marialice Foracchi, que depois assumi e ampliei, e que se configurou na antologia *Sociologia e sociedade* (1977)<sup>11</sup>. Ficou, também, muito contrariado, e expressou diretamente a mim a contra-

11. Após o falecimento de Marialice, concluí a organização da antologia e escrevi a respectiva introdução. O curso proposto por ela atualizava e modificava um curso proposto, originalmente, muitos anos antes, por Florestan Fernandes, mantido, com adaptações, até então. A modificação foi ampliada quando assumi o curso, por indicação de Marialice, pois abri um diálogo com a sociologia fenomenológica e com a sociologia do retorno à dialética, proposta por Henri Lefebvre.



riedade, quando deixei o curso de Introdução à Sociologia e inaugurei um curso de Sociologia da Vida Cotidiana, uma proposta pioneira e inovadora. Quando lhe mostrei o programa e pedi seu comentário e suas sugestões, em 1974 ou 1975, disse-me cruamente que “era um curso irrelevante”. Na verdade, não era. Era um curso de ponta, uma inovação temática e uma abertura teórica diante da realidade social e política contemporânea, da história reprimida e refugiada no cotidiano.

[Nosso afastamento recíproco acentuou-se por essa época e culminaria com nosso rompimento já antes de 1978, quando da renovação de meu último contrato, como docente, antes de minha efetivação por concurso. Ele expressamente declarou, em reunião do conselho departamental, que se abstinha de votar porque não tinha condições de opinar sobre meus méritos. Sem expressá-lo abertamente, punia-me por ter-me tornado refratário à tutela e ao controle que regulava seu relacionamento com “o grupo” e pelo distanciamento que se tornara inevitável. Luiz Pereira não tinha nenhum motivo acadêmico e profissional para justificar essa pública e drástica posição, nem um pouco inocente, pois compreendia perfeitamente a gravidade dela. Nosso distanciamento expressava minha resistência ao corporativismo que ele passara a personificar e aos riscos decorrentes ao meu trabalho e à minha maneira de conceber ensino e pesquisa de sociologia. Nessa altura, eu já havia publicado um bom número de artigos e livros e nesse sentido me destacava da média dos docentes da universidade na minha categoria. Aquele foi um fato insólito, atenuado por manifestação, a meu favor, da professora Maria Isaura Pereira de Queiroz e agravado pelo fato de que a ata dessa reunião desapareceu quando solicitei dela uma cópia e não a obtive. O sumiço da ata confirmou-me o quanto alguns se tornaram vítimas e cúmplices de uma cultura conspiratória, destrutiva e de acobertamento em suposto benefício próprio. Nesse ato grave já começava a ficar claro que a imagem pública de Luiz Pereira, tudo indica que já doente, começava a ser retocada e refabricada, sem que ele soubesse, o que culminaria com a sua segunda morte, a do silêncio sobre sua pessoa e sua obra.

Tudo parecia decorrer do desencontro de orientações teóricas entre nós, o que era um fato, embora não fosse um motivo. Foi para mim uma surpresa constatar que o distanciamento decorria do injustificado mal-estar de alguns com o convite que eu recebera, em 1975, da Universidade de Cambridge, três anos antes do concurso de efetivação, para tornar-me *visiting-scholar* do Center of Latin American Studies, em 1976. Ficou claro que havia no grupo uma sutil hierarquia imaginária que se expressava cotidianamente, no interior da escola, na deferência maior ou menor com que cada um de nós era tratado pelos próprios diferentes membros do grupo, uma hierar-

quia pressuposta e, no geral, sem fundamento, fruto de impressões autoindulgentes e de conveniências pessoais, mas distante dos fatos, como o tempo acabaria demonstrando. Quando os fatos começaram a falar mais alto do que essas impressões gratuitas, certa desnecessária inquietação instalou-se no espírito de vários, o que foi muito ruim para o grupo todo. O recebimento pessoal de um convite sem patrocínio, que eu não pedira, contrapartida de meus próprios méritos, vindo de uma universidade de grande prestígio e renome, e sua aceitação foram interpretados por alguns como quebra indevida dessa hierarquia, pois de fato alterava os elementos de avaliação gratuita e subjetiva do lugar de cada um no grupo e na universidade. Pior: o reconhecimento de meus méritos foi interpretado, indevidamente, como se fosse descabida e injusta negação dos méritos de outros. Como se méritos e competência tivessem apenas dois ou três.

O grupo revelou-se incapaz de reconhecer nos êxitos pessoais de cada um também sua valorização como grupo de competência e prestígio, como êxitos da instituição e da herança, que é o que acontece nas grandes universidades. No caso desse meu primeiro convite de Cambridge, passei a ser tratado por alguns como se fosse um usurpador de direito alheio, coisa que eu não era, de direito que, aliás, eu não tinha razões para reconhecer. Afinal, o convite era para mim e não para outros, um convite pessoal, um reconhecimento da importância de meu trabalho, documentada em minhas publicações. Um colega chegou a passar mal quando lhe comuniquei que havia recebido o convite, foi ao banheiro e não voltava. Uma outra pessoa, muito ligada a ele, veio procurar-me para dizer que não o esperasse, pois “ele estava muito mal, com muita inveja”, frase que reproduzo textualmente pela revelação que continha e pela impressão que me causou.

Esses compreensíveis sentimentos menores foram escamoteados com a difusão da falsa informação de que o distanciamento que me segregaria, daí em diante, especialmente a partir de 1978, ocorria em nome da defesa do legado de Florestan Fernandes, do qual eu supostamente estaria me afastando. Na verdade, eu era dos raros que a ele permanecia fiel, porque era a sua e a de seu grupo a sociologia mais rica e mais apropriada para pensar o Brasil. A segregação encontrou pretexto definitivo nos descontentamentos com os resultados do concurso de ingresso na carreira docente realizado nesse ano. Por lei, todos os docentes contratados deveriam submeter-se a concurso de ingresso na carreira, o que quer dizer que deveriam reiniciá-la do ponto de vista jurídico. O cenário era muito complicado porque as verbas já aplicadas nas contratações se tornavam as verbas vinculadas aos cargos do concurso. Se houvesse candidatos “de fora” que se classificassem ou se algum docente não conseguisse classificação nos limites dos cargos disponíveis, haveria demissões. Numa de minhas passagens por Brasília, retornando da Amazônia, fui ao Supremo Tribunal Federal

para localizar e reproduzir as decisões que haviam fixado jurisprudência em relação à estabilidade de funcionários públicos não concursados, cujos direitos estavam assegurados pela Constituição. Havia várias decisões da Suprema Corte a respeito. Convoquei os docentes de toda a faculdade, obrigados ao concurso, para expor essas informações, em reunião na sala da Congregação, que ficou cheia. Uma das docentes, justamente do Departamento de Ciências Sociais, sugeriu o nome de conhecido advogado, especializado no assunto, que veio à faculdade expor seu ponto de vista. De fato, muitos docentes estavam cobertos pela jurisprudência. Os interessados deveriam entrar com ação judicial. Ele se incumbiu do caso, recolheu procurações, mas nunca mais tivemos notícia a respeito. No meio-tempo, a urgência dos prazos e a inevitabilidade do concurso acabaram convencendo a todos que era muito arriscado não fazê-lo para aguardar o andamento do processo, o que poderia levar anos. Os cargos seriam preenchidos por quem aparecesse, como se os contratados tivessem desistido da carreira.

Começou, então, a parte mais complicada da questão. No caso da Sociologia, havia apenas cinco cargos a serem postos em concurso e havia mais de vinte docentes obrigados a fazê-lo. O concurso era para professor assistente. Quem fosse aprovado e já tivesse o doutorado, seria imediatamente promovido à função de professor assistente doutor, vagando automaticamente o cargo preenchido. Tendo o concurso validade de um ano, seria chamado a ocupar o cargo o docente seguinte na classificação geral. Tendo ele doutorado, a sistemática se repetiria, de modo que havia condições de efetivar a maioria, menos um, pois nem os cargos disponíveis nem a sistemática permitiriam efetivar a todos. Esse risco desencadeou uma grande tensão entre os docentes de Sociologia, especialmente entre os que tinham apenas mestrado. Mas havia, também, o risco de docentes que tivessem apenas o mestrado obterem melhor classificação do que docentes com doutorado. Nesse caso, doutores seriam demitidos. Ao menos um dos concorrentes estava condenado à perda de seu lugar na USP.

Em princípio, estávamos todos conformados com esse recurso, que implicava uma disputada classificação no grupo dos mestres e outra disputada classificação no grupo dos doutores. Doutores seriam classificados primeiro, para que os cargos vagassem em seguida, vindo depois os mestres. As regras oficiais do concurso não previam essa solução nem previam um bônus, fosse para os que tivessem títulos, como o de livre-docente, fosse para os que estivessem há mais tempo na carreira. De qualquer modo, no interior de cada categoria a classificação dependeria do desempenho pessoal. Esse era o trato. Para minha surpresa, num começo de tarde, entrou em minha sala uma de minhas colegas que, eufórica e ingenuamente, confessou-me que a “questão do concurso já estava resolvida”: havia sido feita uma lista prévia com o resultado final e enumerou-me, de cor, a posição que cada um obteria. Explicou-me que Luiz Pereira levaria a lista

à banca examinadora, da qual ele faria parte, para que a classificação dos concursados fosse aquela, independentemente do desempenho de cada um. A lista era uma iniquidade. Além da já aceita precedência dos doutores, havia nela uma classificação por mérito e competência presumíveis, no interior de cada categoria, independentemente dos resultados que cada um alcançasse nas diferentes provas. De onde saiu esse julgamento, ninguém disse. Ora, Luiz era justamente um crítico das reputações difundidas com base em presunção, não raras na faculdade, sobretudo em relação a estudantes que já na graduação ansiavam pelo ingresso na carreira acadêmica. Acontecia de alguém bem aprumado conseguir que algum professor o mencionasse favoravelmente em conversas com outros docentes, o que acabava difundindo prestígios que raramente se confirmavam com o tempo, mas que embaralhavam as relações e confundiam as avaliações. Os professores mais maduros e experientes muito raramente se deixavam levar por esse ardil, contornando diplomaticamente o assédio.

Ao tomar conhecimento da lista que a colega me trazia, tive consciência de que o incidente recente da renovação de meu contrato, em que Luiz Pereira se absteria, tinha forte probabilidade de se repetir durante o concurso, manchando indevidamente minha reputação. Em seguida, o desaparecimento da ata do conselho departamental, em que o fato constava obrigatoriamente, pois houvera declaração de voto, mostrou que a reputação de alguns de nós não seria decidida pelo concurso, mas estava sendo decidida no conchavo. Pedi por telefone a uma colega que fora membro do conselho, que também concorreria a um dos cargos, para que me confirmasse a existência da ata, o que ela fez sem relutar. Cinco minutos depois telefonou-me de volta para dizer que mentira, que a ata não existia, o que era estranhíssimo, pois fazer a ata era de lei. Era evidente que havia sentimentos e fatores extraconcurso interferindo no concurso. Decidi impugnar a indicação de Luiz Pereira junto à Congregação da faculdade, pedindo para que fosse substituído na comissão examinadora. Se as coisas chegaram a esse ponto e ele, em episódio recente, declarara-se incapaz de opinar sobre meu desempenho profissional e sobre minha competência (tinha sido membro de minha banca de doutorado!), não estava, obviamente, em condições de examinar-me e de avaliar com isenção meu desempenho no disputado concurso. Não mencionei a lista de que me dera conhecimento outra colega, porque isso poderia implicar a abertura de um inquérito administrativo, o que praticamente sustaria o concurso, que era de urgência e da conveniência de quase todos nós, pois regularizaria definitivamente a situação funcional dos que fossem aprovados. Esse era um passo adiante na libertação de cada um em relação à tutela e à dependência pessoal, coisa que muitos não compreenderam e até temeram.

Meu pedido provocou a nomeação de uma comissão que viesse conversar comigo em nome da Congregação, composta dos professores Ruy Galvão de Andrada Coe-

lho, Aparecida Joly Gouveia e Francisco Weffort. Eles ponderaram que não havia o risco mencionado por mim. Argumentei que eles não tinham nenhuma evidência de que o risco não existia, embora eu tivesse indicações contrárias. Por fim, garantiram-me, em nome da Congregação, que se houvesse qualquer indício de resultado anômalo do concurso a própria Congregação tomaria a iniciativa de anulá-lo. Diante dessa garantia, retirei o pedido de impugnação. A comissão me garantiu que a classificação dos docentes no concurso seria feita pelas notas obtidas no desempenho pessoal. Luiz Pereira, porém, acabou renunciando à sua designação para compor a banca. Aliás, já havia algumas indicações de que Luiz sabia estar doente. Em seu lugar, a Congregação nomeou o professor Eduardo d'Oliveira França, de História, mas também diplomado em Direito, conhecido por seu legalismo. Nessa nomeação, era evidente que a Congregação não queria problemas com a legalidade do concurso e não queria correr o risco de que arranjos extralegais levassem à impugnação de seus resultados na Justiça. Ainda assim, interposta pessoa dirigiu-se ao professor França para exhibir-lhe a lista já mencionada, com a sugestão de que fosse levada em conta, o que ele repudiou ofendido e com veemência.

O concurso transcorreu normalmente, com a exceção de que pessoa também participante, envolvida na história da lista, veio acintosamente observar minhas provas, sem ser admoestada pela banca. Se isso não era ilegal, tampouco era ético. Fiz a última prova, a de exame do memorial, e dali mesmo saí para o aeroporto de Congonhas, pois tinha encontros marcados no sul do Pará, no dia seguinte, para dar continuidade à minha pesquisa sobre os conflitos na região amazônica, interrompida pela realização do concurso. Quando voltei, um mês depois, tomei conhecimento do resultado das provas, que não confirmou as presunções da lista apócrifa, desencadeando descontentamentos e infelicidades duradouros. Por seu desempenho, duas candidatas que ainda não tinham o doutorado se classificaram antes de doutores e na lista final dois dos concursados, já docentes, um deles já doutor, não obtiveram classificação. O concurso pôs a devida ordem num cenário dominado indevidamente por bajulações, futricas, paternalismo, prestígios propostos de maneira impressionista, que causaram enormes danos ao setor de Sociologia do departamento.

Diferente de outras reações ante o convite para ir a Cambridge em 1976, Florestan, com quem eu mantinha e manteria contatos frequentes, até que se tornasse deputado federal, manifestou-me expressamente seu apreço por meus êxitos nas duas idas a Cambridge, em 1976 e em 1993-1994, sentimento que ele me reiterou em relação à minha carreira quando nos encontramos pela última vez: na despedida, ele me abraçou na entrada do elevador do prédio em que morava, poucos dias antes de sua morte, e comentou comigo o muito orgulho que sentia de mim por minha carreira. Até o fim, ele se manteve isento em relação aos destrutivos embates cotidianos do

grupo referido e expressou isso de maneira objetiva na comovente elegia que escreveu quando da morte de Luiz Pereira.

Já em 1975, meu descontentamento com o departamento e o grupo, e também com Luiz Pereira, havia crescido muito. Eu estava preparando a pesquisa solitária, que acabaria sendo muito gratificante, embora complicada e de muito risco, sobre os conflitos na frente de expansão da Amazônia, à qual daria início em julho, em São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. Solitária sobretudo porque parecia não ter sentido no grupo de Luiz Pereira, que tendia acentuadamente a se constituir numa intelectualidade sedentária, muito distante do padrão de trabalho científico que fora a marca do grupo de Florestan Fernandes. Já em pesquisas anteriores, de campo, eu não tivera interlocutores no meu departamento, tendente a uma cultura acadêmica de gabinete. Considerei seriamente a possibilidade de aceitar um excelente convite do professor Roberto Cardoso de Oliveira para deixar a USP e me tornar professor da Universidade de Brasília, com o reconhecimento de meu tempo de serviço público e função docente bem mais alta do que a que eu tinha e poderia ter na USP, e onde poderia fazer a carreira que aqui me parecia inviável. Em maio de 1975, fui a Brasília, com a família, para conhecer as condições de trabalho e de moradia, e fiz na universidade uma conferência para os alunos de pós-graduação, no estilo das que são feitas nas universidades norte-americanas quando estão convidando um novo professor. O convite foi confirmado e fui recebido num jantar, com minha família, pelos futuros colegas, com uma deferência que eu não conhecia na USP. Até apartamento a universidade me oferecia. Mas avaliei cuidadosamente as possíveis repercussões da mudança no projeto laboriosamente formulado sobre a frente de expansão e decidi ficar em São Paulo, por um motivo: a UnB ficava perto demais do poder para um pesquisador que estava iniciando pesquisa sobre conflitos sociais e étnicos numa extensa região, muito vigiada e muito central na geopolítica da ditadura, sobretudo após a recente guerrilha do Araguaia. Se ficasse dependente de verbas de convênios com ministérios, eu teria que expor precocemente meus dados e, em consequência, expor lugares e grupos humanos em situação de tensão e risco. Isso afetaria minha liberdade de pesquisa, pois, para protegê-los, teria que limitar minhas indagações e deixar de lado aspectos importantes da conflitividade da fronteira para a compreensão do Brasil a partir do limite do humano.

Pouco depois, em Cambridge, conheci e desfrutei a civilidade de uma universidade tradicional e renomada, com regras cerimoniais de relacionamento, respeito e deferência entre docentes, entre alunos e entre ambos. Em Cambridge o professor é tratado como expressão de sua obra, mesmo que seja ela obra inicial, mero anúncio de uma promessa. Na Faculdade de Filosofia da USP, na época pós-cassações, havia professores que eram tratados como expressões da competência presumível, da obra provável e, sobretudo, de seu poder de manipulação da rede de influências pessoais e da subalter-

nidade dos que por esse meio asseguravam-se um lugar ao sol. Competências indiscutíveis dos mais tímidos, como a do professor José César A. Gnaccarini, um de nossos melhores especialistas em sociologia rural, ficaram injustamente na sombra, inseguros em relação aos verdadeiros parâmetros de uma instituição universitária séria e às tradições renomadas do próprio grupo originário de Florestan Fernandes. Seu primoroso estudo sobre o casamento por rapto na população rural da região açucareira de Piracicaba (cf. Gnaccarini, 1971, pp. 75-94) é das últimas expressões, no Brasil, de uma sociologia rural criativa e indagativa. O próprio Luiz Pereira, um estudioso devotado ao seu trabalho, que em pouco tempo granjeara reconhecimento e admiração, em condições políticas mais do que adversas, foi uma das grandes vítimas dessa armadilha, na qual ele caiu imaginando que sua sujeição a ela era o modo inevitável de proteger o que de modo muito específico e equivocado considerava o legado de Florestan Fernandes. A missão do legado não era a de proteger interesses pessoais deste ou daquele, menos ainda em nome de competências presumíveis. Aliás, aquelas pessoas não precisavam de protecionismo e sabiam que seu futuro não dependia de favores e sim da materialização de seu potencial acadêmico. Em princípio, essa era a razão pela qual faziam parte do quadro de docentes.

A marginalização que me alcançou na volta de Cambridge, embora me prejudicasse no acesso às obrigações da instituição em relação a seus docentes e pesquisadores, pouco me afetou no trabalho, na docência e na pesquisa, pois para mim a prioridade era a continuidade da pesquisa na Amazônia, que me tomaria longos anos ainda e seria um refúgio gratificante no contraponto do clima ruim, deteriorado e destrutivo do meu departamento e da adversa situação do país. Uma aventura intelectual e uma experiência como pesquisador revestidas de todo o fascínio que experimentaram os que na USP descobriram o Brasil profundo, dos limites, e a enorme importância científica de trabalhar com grupos sociais na fronteira do humano e na riqueza sociológica e antropológica das situações extremas de transição social. Quando fui aluno de graduação, essa era uma herança ainda viva e forte, que vinha dos professores de Sociologia e de Antropologia que marcaram a história dessas ciências na Faculdade de Filosofia e na USP: Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Gioconda Mussolini, Maria Isaura Pereira de Queiroz, nas duas primeiras gerações. Ainda me lembro de uma conversa com Florestan sobre sua experiência, de aluno, como auxiliar de pesquisa de Emilio Willems, quando foi feita, nos anos de 1940, a pesquisa que resultaria no primeiro estudo de comunidade realizado no Brasil (cf. Willems, 1947; 1961), a experiência da descoberta do estranho e do diferente no rico e diversificado mundo caipira.

O que eu menos queria era me alinhar com as orientações de um grupo completamente insensível à riqueza desse desafio para um pesquisador, grupo que de certo

modo perdera as referências e não tinha senão regras de competição destrutiva, centradas num corporativismo nocivo ao trabalho pedagógico e ao trabalho científico. A existência do grupo tornara-se cada vez mais anômala. Tecnicamente, cada docente devia reportar-se ao chefe do departamento e, por meio dele e dos supostos e nem sempre verdadeiros representantes de categorias, ao conselho departamental, como faziam todos os outros docentes. Não era isso, porém, o que ocorria. Luiz, em nome do legado, empurrado pelas circunstâncias, em vez de mandar cada um cuidar da própria vida, interpunha-se, na maioria das vezes sem uma conversa aberta com todo o grupo sobre decisões que eram só dele, tomadas por telefone em conversa com mais um ou dois professores, seus confidentes. Ele reproduzia a estrutura de cátedra na estrutura departamental, o que nos submetia a todos a um difícil esquema de dupla e não raro contraditória orientação, divididos entre a liberdade propriamente acadêmica e as regras não oficiais e nem sempre reconhecíveis do que ele julgava ser o seu mandato. O próprio Luiz Pereira, no meu modo de ver, acabou prejudicado pelo cerco que o privou dos horizontes a que tinha direito acima de qualquer dúvida para dar vazão à sua criativa competência teórica. Privou-nos a todos desse benefício em nome de cuidados com o grupo que já não tinham o menor sentido, e grupo que de fato já não o era.

Tanto na docência como na pesquisa optei, definitivamente, pelo trabalho solitário, o que me libertou dos incômodos de uma dependência que se tornara descabida e prejudicial. Eu estava completamente abandonado pelo meu próprio departamento, que nunca manifestou nem interesse nem cuidado pela arriscada pesquisa que eu fazia, com meus próprios recursos, pesquisa da maior relevância: tratava-se do primeiro estudo sociológico de pesquisador brasileiro sobre a fronteira, estudo de urgência, pois aquela era a última fronteira do mundo, um cenário social de transição rapidamente modificado, marcado por muita violência<sup>12</sup>.

12. Resultados desse demorado trabalho estão apresentados em dez dos meus livros: Martins ([1980] 1991, [1981] 1995, [1984] 1985, [1986], 1989, 1993, [1997] 2009b, 2000, [2002] 2008, 2003).

Havia muitos antropólogos fazendo pesquisas nas áreas penetradas, vários deles da Faculdade de Filosofia, com populações indígenas em situação de risco, ameaçadas e mesmo vitimadas por ações genocidas, muitas de contato relativamente recente. Eu não tinha, portanto, condições de enfrentar as tensões da pesquisa na Amazônia, iniciada em 1975, em que cheguei a ser ameaçado de morte ao menos em duas ocasiões, no Mato Grosso e na pré-Amazônia maranhense, e ao mesmo tempo conviver com as tensões pueris e as futricas do meu departamento, derivadas da mesquinhez, da ambição de poder, da competição e da inveja. Durante a pesquisa, ao menos uma dezena de pessoas que me acolheram e me ajudaram foi assassinada porque estava profundamente envolvida na resistência de suas comunidades à agressão armada de grileiros de terra. A Faculdade de Filosofia da USP, aliás, dominada por seus burocratas de departamento e de congregação, nunca se interessou pelo amplo e significativo trabalho de seus pesquisadores na região amazônica, nos



anos de 1970 e 1980, todos trabalhando em pesquisas pioneiras e em situação de imenso risco, de que resultou um grande número de livros e artigos científicos, trabalhos respeitados e citados internacionalmente, caso único de uma grande coleção de estudos singulares sobre um momento da história e da realidade social do país que, sem eles, nem seria conhecido. Número que aumenta consideravelmente se levarmos em conta as teses de mestrado e doutorado produzidas sob orientação dos docentes do Departamento de Antropologia. Destaco aqui o generosíssimo trabalho da antropóloga competente e professora exemplar Lux Vidal, formadora de toda uma geração de etnólogos de alto nível.

Pude, então, compreender melhor o conjunto dos temores de Luiz Pereira nos seus relacionamentos com todos nós. A carência do que, difusamente, em seu nome se definia como lealdade o era na verdade a um ente imaginário que tanto podia ser Florestan como ele mesmo, e geralmente era; isso constituía a expressão dos temores que atravessavam seu dia a dia e que o professor Florestan de certo modo reconheceu na elegia com que o homenageou num artigo na *Folha de S. Paulo*. Na verdade, o fim da cátedra e as cassações nos privaram da proteção institucional e do equilíbrio de referência de que carecem, sobretudo, os jovens docentes quando iniciam sua carreira acadêmica. Esse foi o desastre que nos dispersou e que alguns não tiveram disposição de reconhecer e compreender, e nem podiam. O poder da cátedra administrava os desencontros entre os assistentes (função que na Universidade de Cambridge cabe aos colleges). Com seu desaparecimento, deixou de existir essa função reguladora. Isso fica claro no fato de que tensões do relacionamento de Luiz Pereira comigo já vinham sendo aparadas pelo professor Florestan desde o início de minha carreira docente e, por isso, não ganharam a visibilidade que as tensões de grupo ganhariam depois.]

Um ponto de desentendimento entre ele, de um lado, e Marialice e eu, de outro, era quanto ao apoio que o grupo remanescente estava na obrigação moral de dar ao Cebrap. Ele se opunha a isso com veemência, temendo que a remanescente Sociologia de Florestan, na USP, se tornasse subalterna em relação ao grupo do Cebrap, um grupo que, na verdade, avançava sobre temas novos e que ganhava visibilidade através de sua benfeita revista, coisa que na USP não tínhamos. Testemunhei a última e dramática conversa de Marialice com ele, na casa dela, justamente sobre isso. Ele foi obstinado. Marialice, que era uma mulher alegre, caiu em prantos, dizendo-lhe que aquilo não tinha sentido, pois se tratava de nossos colegas, punidos pela repressão. Era-lhe doloroso enfrentar a posição de Luiz, pois ela fora colega de turma dos professores cassados, participara do seminário sobre *O capital* e tinha com eles um vínculo fortemente afetivo. Além do que, tinha ela melhor compreensão

política do que ele em relação ao que estava acontecendo no país e do desastre que as cassações representavam para a universidade. O golpe deixara Luiz muito tenso e lembro bem de suas apreensões com o destino do grupo num pequeno encontro em sua casa nos dias seguintes à queda de Goulart. As cassações reforçaram seus temores, quase como se fossem ato de genocídio, que lhe impunha a missão de salvar o grupo, missão que ele desempenhou com dedicação e renúncia exemplares.

[Aqui havia um trágico e influente detalhe na vida de Luiz Pereira, conforme ele mesmo me contou. Sua mãe cometera suicídio. Luiz teve que assumir a responsabilidade pelas irmãs, o que o deixava apreensivo quanto ao que propriamente fazer e decidir. Quando veio para a cadeira de Sociologia I, trazia essa compreensível apreensão com sua vida familiar. O que parece ter afetado, também, seu namoro com uma antiga aluna, de Araraquara, com quem cheguei a conversar uma vez. Acompanhei bem essa fase de sua vida. Não foi uma surpresa que ele tivesse sido tomado por uma preocupação muito parecida, de paternidade putativa, em relação ao que considerava o grupo de Florestan, supostamente órfão em decorrência das cassações, sobretudo após a morte de Marialice.

Essa preocupação, e a tutela decorrente, tiveram desdobramentos surpreendentes. Quando, em 1977, encaminhei à Comissão de Pós-graduação a dissertação de mestrado de meu aluno José Vicente Tavares dos Santos, hoje professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Luiz Pereira, que era membro dela, vetou o nome de Octavio Ianni, que eu propusera para ser um dos examinadores. Procurou-me e, sem meios-termos, repreendeu-me pela indicação. Classificou minha proposta como irresponsável, como ato de provocação à ditadura, que poderia ter consequências para o grupo todo, o que era um exagero e não era a intenção. Numa conversa comigo, em sua casa, bem antes disso, o próprio Luiz comentara que já era evidente o fato de que os órgãos de repressão estavam interessados unicamente nas pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, na luta armada, e não em professores e autores. Colegas nossos, da universidade, foram presos e torturados, porém, por terem abrigado pessoas nessas condições, ajudado nas conexões ou guardado armas ou materiais empregados nos conflitos. Eu conversara com José Vicente sobre a indicação, que ele desejava, expliquei-lhe as possíveis consequências, como a eventual e pouco provável anulação de seu mestrado e a possível perda de todo o trabalho que ele tivera. José Vicente explicou-me que queria assumir o risco. Seria uma forma de romper a interdição extralegal dos nomes dos docentes cassados à participação em atividades na universidade, como a de fazer parte de bancas de mestrado e doutorado. O próprio Ianni não se opusera à indicação e ficou surpreso e desapontado com o veto.]

*No mesmo texto citado acima, Florestan Fernandes afirma que após a cassação realizou “esforços possíveis para ajudar a redefinir a unidade do grupo [da cadeira de Sociologia I] e suas perspectivas de trabalho”, articulando “um novo ‘estado-maior’, com professores de méritos equivalentes, ainda que de vocações saudavelmente contrapostas – Luiz Pereira, José de Souza Martins e Gabriel Cohn. A evolução (e a história) da sociologia de São Paulo iria atravessar, daí em diante, suas pessoas e realizações, mas, infelizmente, não contaria com o dinamismo que resultaria de sua união, mesmo que ela fosse só autodefensiva e pragmática”. Quais razões e quais circunstâncias poderiam explicar por que este novo “estado-maior” teria falhado em imprimir dinamismo nas perspectivas de trabalho e unidade de ação no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia da USP nos anos de 1970?*

“Estado-maior” é expressão *ex-post-facto*. Não havia estado-maior nenhum. Apesar de ter os dias contados, devido à doença cardíaca grave, Marialice Foracchi compôs com Luiz Pereira o verdadeiro núcleo de animação do grupo e de preservação de valores e orientações teóricas. Vários novos e jovens docentes foram recrutados em consequência das cassações, entre os pós-graduandos, e ambos assumiram, sozinhos, a responsabilidade das escolhas. Marialice até mais do que Luiz Pereira, pois se incumbiu pessoalmente de orientar a maioria deles, montar um seminário de grupo sobre os ensaios de metodologia de Max Weber (no estilo do seminário sobre *O capital*, de que participara) e articular o grupo como corpo de assistentes de seu curso de Introdução à Sociologia.

Luiz tinha dificuldade para trabalhar em equipe, era impaciente, dificuldade que Marialice não tinha. Eu já tivera uma experiência difícil com ele, antes das cassações, quando fui, por curto tempo, seu assistente no curso de Introdução à Sociologia. Ele não se reunia comigo, nem compartilhava orientações para que houvesse afinação entre as aulas que ele dava e os seminários que eu tinha que dar, sobre autores escolhidos por ele. No entanto, queria que os seminários fossem dados como se ele próprio fosse o expositor, negando-me a liberdade pedagógica necessária. Eu não me opunha a isso, pois considerava que era essa uma forma de aprender com ele, que muito sabia. Acabou me dispensando, deixando um bilhete embaixo da porta do meu apartamento, embora eu estivesse em casa. Florestan, ao saber do ocorrido, convidou-me imediatamente para ser seu assistente no curso sobre Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira, cujas aulas seriam publicadas em livro, depois da cassação e do

exílio no Canadá, com o título de *A revolução burguesa no Brasil*. A atitude de Florestan era completamente diferente da de Luiz; Florestan ficou muito contrariado com o que ocorrera. Em 1967, ele me designaria para titular do curso de Sociologia para Pedagogia e, em 1968, me convidaria para assumir um dos cursos de Introdução à Sociologia para as novas turmas de excedentes, junto com Marialice Foracchi e o próprio Luiz Pereira. Por indicação de Marialice, eu acabaria assumindo a responsabilidade exclusiva desse curso, por muitos anos, junto com o grupo de auxiliares de ensino que ela organizara quando das cassações.

*Até que ponto a interpretação acima, de Florestan, pode ser lida como uma espécie de desajuste provisório decorrente dos desdobramentos da diversificação do próprio campo intelectual após a destruição do princípio de autoridade da cátedra, com a articulação ou rearticulação de vários grupos de interesses antagônicos? Dada esta nova situação institucional, até que ponto, neste caso, é legítimo falar em sucessão dos catedráticos num regime de organização departamental?*

De fato, não tem sentido falar em cátedra numa estrutura departamental. Apesar de haver um consenso entre alguns de nós quanto à importância de preservar a identidade, em relação ao grupo que estivera efetivamente vinculado à cadeira de Sociologia I, os novos assistentes, recrutados quando das cassações, não tinham qualquer compromisso com essa orientação. Com a morte de Marialice, em 30 de junho de 1972, acabariam identificados com Luiz Pereira e não propriamente com Florestan. E os que tinham o compromisso, como eu, não compartilhavam temas de pesquisa nem orientações teóricas com Luiz. Valiam as orientações gerais e básicas fortemente presentes nas obras de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi e Maria Sylvania de Carvalho Franco, que deixara a cadeira, ainda no tempo de Florestan, e se transferira para o Departamento de Filosofia. Nessa altura, Luiz estava apenas começando a publicar e tinha só os dois livros resultantes do mestrado e do doutorado, relativos a temas da educação, que não eram os temas que nos motivavam. Cada um de nós fazia leituras teóricas próprias, em função dos temas de que tratava.

A sociologia que eu fazia estava muito próxima da sociologia de Florestan e de Roger Bastide (1898-1974), até porque eu fazia pesquisa sobre o mundo rural, muito distante da pesquisa dos outros, o que requeria uma sociologia bem próxima da antropologia. Também por isso, no curso de In-

trodução à Sociologia, eu preferia me distanciar de sociologias como a de Parsons e me aproximar da sociologia fenomenológica e, na dialética, da sociologia da vida cotidiana, de Henri Lefebvre<sup>13</sup>. Nesse sentido, eu estava bem longe de Luiz Pereira e razoavelmente identificado com as possibilidades abertas com a crise da sociologia originada da revolta estudantil de 1968, nos Estados Unidos e na França. Com Marialice eu podia conversar sobre isso e dessa conversa resultou a mencionada antologia *Sociologia e sociedade*, que mudava a proposta do que deveria ser um curso de Introdução à Sociologia.

[Luiz Pereira era um bom conhecedor da obra de Talcott Parsons. Quando da visita do sociólogo norte-americano à Faculdade de Filosofia, na rua Maria Antônia, por solicitação do Consulado Americano, pouco tempo depois da prisão e libertação de Florestan Fernandes, foi ele o cicerone de Parsons em São Paulo e, a pedido de Florestan, fez a saudação que precedeu a conferência do visitante, sintetizando com competência sua obra complexa. Na verdade, pela consistência e pela clareza, a alocação de Luiz foi mais bem compreendida do que a complicada conferência de Parsons, que veio ao Brasil patrocinado pelo Departamento de Estado. Parsons, aliás, que era seco e antipático, como lembram antigos *fellows* de meu college, em Cambridge, do qual também foi membro, tornou-se amigo de Florestan e o recebeu em Harvard com grande apreço e deferência, como testemunhou o professor Roque de Barros Laraia, que lá se encontrava na época. A inclinação sistêmica e parsoniana de Luiz Pereira, apesar das citações de Marx, aparece tanto em *Trabalho e desenvolvimento no Brasil* como em seu estudo sobre marginalidade, no trato do capitalismo como sistema e da existência das populações “marginais” como de participação-exclusão (cf. Pereira, 1971, pp. 168-169).]

### O momento althusseriano

*A eleição dos trabalhos de Althusser como objeto exaustivo de estudo não faria parte de uma tentativa de conciliar a tarefa bifronte de “dar conta do que seria a sociologia convencional, nas ciências sociais, e, ao mesmo tempo, responder às exigências de um marxismo fortemente engajado no momento presente” [Gabriel Cohn em Conversas com sociólogos brasileiros (cf. Bastos, 2006, p. 118)]? Isto é, nas palavras de Gabriel Cohn, de responder aos desafios colocados pelo modo “complicado e pernicioso [...] pelo qual a universidade foi forçada a internalizar o marxismo” (um resultado paradoxal da ditadura)? Teria Luiz Pereira escolhido as armas erradas para promover uma suposta “atualização”*

13. Em perspectiva diversa, constatei que há várias aproximações entre a obra de Henri Lefebvre e a de Florestan Fernandes, especialmente em relação à questão histórica do atraso social, que em Lefebvre aparece como atraso do real em relação ao possível. Ver Martins (1998, pp. 97-105).

*dos fundamentos empíricos da explicação sociológica e conferir cientificidade à abordagem da análise dialética da sociologia?*

Não creio que Luiz Pereira tenha feito dessa opção pessoal um projeto intelectual para todos nós. Ele não tinha esse poder nem tinha essa pretensão. Nem Florestan conseguira impor a seu grupo de assistentes uma orientação teórica uniforme. O Marx do grupo de *O capital* era muito diferente do Marx de Florestan Fernandes. Além disso, naquele momento, o interesse por Marx no grupo de sociologia não era uniforme. Era, sem dúvida, defensivo. A universidade estava sendo assediada por diferentes grupos de uma esquerda partidária que se dividia, com graves conflitos entre as várias facções, que conheciam a obra de Marx ou superficialmente, pelos manuais de vulgarização, sempre sob controle ideológico de um grupo partidário, ou insuficientemente. Um marxismo economicista e ideológico, da pior qualidade, desafiava-nos na sala de aula todos os dias, através dos alunos. A ditadura desmotivava os alunos completamente para a sociologia como ciência. Luiz tinha ligações pessoais no Rio de Janeiro, sobretudo no Museu Nacional, e adotou a moda carioca de leitura e assimilação de Althusser. Na USP, após o exílio de Fernando Henrique, a opção fora pela leitura direta da obra de Marx, por aqueles que fizeram essa opção, sobretudo por influência de Octavio Ianni, o oposto da opção de Luiz e dos cariocas, que leram Marx via estruturalismo althusseriano. Ao menos em relação a mim, isso representava um imenso abismo. Eu acabaria seguindo a própria tradição da USP, na leitura direta da obra de Marx e de um marxista contemporâneo de envergadura clássica, Henri Lefebvre, com o qual cheguei a trocar breve correspondência. Propus, dirigi e mantive durante dezoito anos um seminário sobre o método dialético, na pós-graduação, a partir de 1975. Durante doze anos, lemos Marx e nos seis anos seguintes lemos a obra de Lefebvre.

Creio, pois, que Luiz Pereira tentou, sim, agregar Marx à sociologia acadêmica, que ele conhecia bem, mas um Marx ainda afinado com os temas dessa sociologia, um Marx contido nos limites de um sistema conceitual diverso, agregado. Mas nada parecido com novos “fundamentos empíricos da explicação sociológica”. Marx entrava como um complemento teórico. No meu caso, entra com o método.

*Em que medida o modo de tratamento conferido ao marxismo althusseriano por Luiz Pereira não poderia representar uma retomada (ou aprofundamento)*

*em outro nível de seu antigo pendão estrutural-funcionalista de corte mertoniano e parsoniano presentes em seus primeiros escritos?*

Talvez, mas os últimos trabalhos de Luiz Pereira, sobre marginalidade, não confirmam essa hipótese. Ele avançou muito numa linha própria, em relação ao desenvolvimento intelectual de Florestan, que, nesse momento, estava indo na direção de Lênin, muito em função de sua opção político-partidária. Florestan estava se tornando cético quanto à sociologia, sem deixar de ser o competente e excelente sociólogo que era. Luiz Pereira, ao contrário, em nenhum momento questionou a sociologia em nome de supostos valores de uma classe operária filosoficamente concebida, ainda que classe teórica, como define Heller, notoriamente distante do cotidiano do trabalhador. A sociologia era para ele um conhecimento a ser enriquecido e não um conhecimento a ser relativizado em nome da luta de classes ou de hipotética revolução social.

## Referências Bibliográficas

- AA.VV. (2009), *Dossiê ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, Instituto de Estudos sobre Violência do Estado/Imprensa Oficial.
- ABRAMO, Perseu. (1964), Depoimento de Perseu Abramo sobre as ocorrências na Universidade de Brasília, <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1029>, outubro>.
- BASTIDE, Roger. (1948), *Sociologia e psicanálise*. São Paulo, Instituto Progresso.
- \_\_\_\_\_. (1972), *Le Rêve, La Transe et la Folie*. Paris, Flammarion.
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. ([1955] 1959), *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- BASTOS, Elide Rugai *et al.* (orgs). (2006), *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo, Editora 34.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1962), *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- CASTRO, Conrado Pires de. (2009), *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras: ensaio sobre a trajetória intelectual de Luiz Pereira*. Campinas, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, ago.
- EVTUCHENKO, Eugenio. (1966), *Autobiografia precoce*. Trad. Yedda Boechat Medeiros. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor.

- FERNANDES, Florestan. (1959), *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_. (1960a), “Contribuição para o estudo de um líder carismático”. In: \_\_\_\_\_. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- \_\_\_\_\_. (1960b), *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo, Pioneira.
- \_\_\_\_\_. (1962), *Economia e sociedade no Brasil*. São Paulo, Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1965), *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus/Edusp.
- \_\_\_\_\_. (1968), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1978), *A condição de sociólogo*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2006), *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo, Globo.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. (1965), *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_. (1972), *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Pioneira.
- \_\_\_\_\_. (1982), *A participação social dos excluídos*. São Paulo, Hucitec.
- FORACCHI, Marialice Mencarini & MARTINS, José de Souza. (1977), *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro, LTC.
- FRANKLIN, Benjamin. (1963), *Autobiografia*. Trad. Aydano Arruda. São Paulo, Ibrasa.
- GIANOTTI, José Arthur. (1960), “Notas para uma análise metodológica de ‘O Capital’ “. *Revista Brasiliense*, 29: 60-72, maio-jun.
- GNACCARINI, José César A. (1971), “Organização do trabalho e da família em grupos marginais rurais do estado de S. Paulo”. *Revista de Administração de Empresas*, 11 (1), jan./mar. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- GREGORI, José. (2009), *Os sonhos que alimentam a vida*. São Paulo, Jaboticaba.
- HOBBSBAWM, Eric. (1968), *Rebeldes primitivos*. Trad. Joaquín Romero Maura. Barcelona, Ariel.
- IANNI, Octavio. (1962), *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- \_\_\_\_\_. (2004), “Variações sobre ciência e arte”. *Jornal da USP*, XIX (683): 10-11.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1957), *Tristes trópicos*. Trad. Wilson Martins. São Paulo, Anhembi.
- MAGDOFF, Harry. (1969), *The age of imperialism*. Nova York/Londres, Monthly Review Press.
- MARTINS, José de Souza. (1975), *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira.
- \_\_\_\_\_. (1984), “Os novos sujeitos das lutas sociais, dos direitos e da política no Brasil rural”. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1985), *A militarização da questão agrária no Brasil – terra e poder: o problema da terra na crise política*. Petrópolis, Vozes.



- \_\_\_\_\_. (1986), *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1988), *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1989), *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1991), *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3 ed. revista e aumentada. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1993), *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. ([1981] 1995), *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1996), “As temporalidades da história na dialética de Lefebvre”. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*, São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1998), *Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo, Edusp.
- \_\_\_\_\_. (2000), *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo, Edusp.
- \_\_\_\_\_. (2003), *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- \_\_\_\_\_. ([2002] 2008), *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2009a), *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo, Paulus.
- \_\_\_\_\_. ([1997] 2009b), *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2 ed. revista e atualizada. São Paulo, Contexto.
- NISBET, Robert A. (1970), *Tradition and revolt: historical and sociological essays*. Nova York, Vintage Books.
- PEREIRA, Luiz. (1960), “Mulher e trabalho”. *Educação e Ciências Sociais*, ano V, 8 (15), set.
- \_\_\_\_\_. (1963), “A qualificação do operário na empresa industrial: projeto de uma pesquisa em realização”. *Revista Brasiliense*, 45: 119-124, jan.-fev. [Reproduzido em PEREIRA, Luiz. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo, Pioneira, 1971, pp. 135-158.]
- \_\_\_\_\_. (1965), *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- \_\_\_\_\_. (1969), *O magistério primário numa sociedade de classes*. São Paulo, Pioneira.
- \_\_\_\_\_. (1971), *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo, Pioneira.
- \_\_\_\_\_. (1977), *Anotações sobre o capitalismo*. São Paulo, Pioneira.
- PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice Mencarini (orgs.). (1964), *Educação e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SARTRE, Jean-Paul. (2005), *Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara*. São Paulo, Editora Unesp.

- SCHWARZ, Roberto. (1995), "Um seminário de Marx". *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 8 out., pp. 5-4/5-7.
- WEBER, Max. (1967), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányii. São Paulo, Pioneira.
- WILLEMS, Emilio. (1947), *Cunha: tradição e transição de uma cultura rural do Brasil*. São Paulo, Secretaria da Agricultura. [Republicado como *Uma vila brasileira: tradição e transição*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1961.]